

ANA PAULA TORRES LAGEANO

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO “MINHA
HISTÓRIA, MINHA VIDA” NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2021

ANA PAULA TORRES LAGEANO

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO “MINHA
HISTÓRIA, MINHA VIDA” NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação -
Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom
Bosco, como requisito final para obtenção do título de
Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da
Saúde, sob a orientação da Prof. Dra. Sonia Grubits.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Católica Dom Bosco
Bibliotecária Mourãmise de Moura Viana - CRB-1.3360

L174c Lageano, Ana Paula Torres
A contribuição do projeto "minha história, minha vida"
na construção da identidade de crianças e adolescentes
em acolhimento institucional / Ana Paula Torres Lageano,
sob orientação da Profa. Dra. Sonia Grubits. -- Campo
Grande, MS : 2021.
131 p. : il. ;

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, Ano 2021
Bibliografia: p. 98-101

1. Acolhimento institucional. 2. Crianças e adolescentes.
3. Identidade I. Grubits, Sonia. II. Título.

CDD: 155.20943613



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Inspira o futuro

A dissertação apresentada por **ANA PAULA TORRES LAGEANO**, intitulada: **A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA” NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi **APROVADA**.

Sônia Grubits, como presidente da banca, assine a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sonia Grubits - UCDB (orientadora)

Prof. Dra. Heloisa Bruna Grubits – UCDB

Prof. Dra. Kátia Regina Bazzano da Silva Rosi – UFMS

Campo Grande - MS, 28 de junho de 2021.

**Cada um de nós compõe a sua história e cada ser
em si carrega o dom de ser capaz e ser feliz.**

(Sater & Teixeira, 1990)

AGRADECIMENTOS

À Nossa Sra. Desatadora dos Nós, por ter desatado o nó da minha Pós-Graduação em Psicologia da Saúde.

À minha mãe, pelo amparo e companhia na elaboração deste trabalho, que não é só meu, mas sim, nosso!

Ao meu pai, por sempre incentivar meus estudos, proporcionando a maior herança que posso ter na vida, o conhecimento.

À Dra. Sonia Grubits, pela generosidade em me acolher e orientar, mesmo sendo graduada em uma área distinta da Psicologia.

À Dra. Kátia Regina Bazzano e à Dra. Heloísa Bruna Grubits, pelas valiosas sugestões e estímulos dados.

À CIJ – TJMS e às Casas Acolhedoras participantes da pesquisa, por terem “abraçado” este trabalho desde o início e pela supervisão/execução do Projeto “Minha História, Minha Vida” que faz a diferença na vida da população infanto-juvenil acolhida institucionalmente.

Às crianças e adolescentes que vivem em unidades acolhedoras, por terem despertado em mim, um ser humano melhor.

Aos meus irmãos, por serem também, meus melhores amigos.

À Luna, minha “cãopanheira”, que me ama e protege de forma tão genuína.

Ao querido Tião, pela parceria, ajuda e incentivo.

Às amigas Évellyn Denisse Félix, Patrícia Penrabel, Patricia Honório e Gabriela Oruê que não mediram esforços em me auxiliar nesse ciclo.

E a todos, que de alguma forma torceram, emanaram boas energias ou oraram por mim, para que essa dissertação fosse exitosa.

RESUMO

No Brasil, cerca de 34 mil pessoas em desenvolvimento, vivem em acolhimento institucional. Ao serem adotadas, reintegradas à família biológica, ou ainda, desligadas da unidade acolhedora em face de sua maioridade, geralmente ficam sem registros do tempo ali vivido e com lacunas em sua própria história de vida. A partir dessa percepção, teve origem o Projeto Fazendo História, que consiste na elaboração de um álbum lúdico e interativo, com a colaboração de um voluntário para auxiliar a população infanto-juvenil acolhida, a registrar seu passado, presente e sonhos para o futuro através de fotos, desenhos e escritos. No estado de Mato Grosso do Sul, o Projeto foi intitulado “Minha História, Minha Vida” e é supervisionado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS. Visando investigar quais os impactos que o Projeto traz aos seus participantes, notadamente no âmbito da identidade, é que se estabeleceu a presente pesquisa, que se reveste num estudo qualitativo, de campo exploratório, possuindo como principal instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada e utilizando a análise de conteúdo e a ferramenta nuvem de palavras para averiguar as informações qualitativas. Os resultados obtidos indicam que o Projeto contribui positivamente na construção da identidade; no desenvolvimento biopsicossocial de crianças/adolescentes; no registro das vivências; na humanização do colaborador; impactando positivamente os participantes, o que leva à conclusão lógica, da necessidade de sua ampliação e divulgação em todo o território nacional.

Palavras-chaves: Acolhimento Institucional. Adolescente. Criança. Identidade.

ABSTRACT

In Brazil, around 34 thousand people in development live in institutional care. When they are adopted, reintegrated into the biological family, or even disconnected from the welcoming unit due to their adulthood, they usually have no records of the time they lived there and with blank spaces in their own life history. From this perception, the Project "Fazendo História" originated, which consists in the elaboration of a playful and interactive album, with the collaboration of a volunteer to help the hosted children and youth population, to record their past, present and dreams for the future through of photos, drawings and writings. In the state of Mato Grosso do Sul, the project was entitled "Minha História, Minha Vida" and is supervised by the Coordination of Childhood and Youth – TJMS. Aiming to investigate what impacts the Project brings to its participants, notably in the identity area, this research was established, which is covered in a qualitative, exploratory field study, having as its main data collection instrument, the semi-structured interview and using content analysis and the cloud word tool to verify qualitative information. The results obtained indicate that the Project contributes positively to the construction of identity; in the biopsychosocial development of children/adolescents; in the record of experiences; in the humanization of the collaborator; positively impacting the participants, which leads to the logical conclusion of the need for its expansion and dissemination throughout the national territory.

Keywords: Institutional Reception. Adolescent. Kid. Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico de crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional, por idade, no município de Campo Grande – MS (CNJ, 2020).....	46
Figura 2 – Páginas do álbum, autorretrato	55
Figura 3 – Páginas do álbum, carteira de identidade	55
Figura 4 – Páginas do álbum, árvore genealógica	56
Figura 5 – Nuvem de Palavras Desenvolvimento Biopsicossocial.....	79
Figura 6 – Nuvem de Palavras Construção da Identidade.....	79
Figura 7 – Nuvem de Palavras Fonte de Registro.....	80
Figura 8 – Nuvem de Palavras Diretrizes do ECA.....	80
Figura 9 – Nuvem de Palavras Impacto no Voluntário.....	81
Figura 10 – Nuvem de Palavras Impacto na Pessoa em Desenvolvimento.....	81
Figura 11 – Nuvem de Palavras Impressões das Entrevistadas.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	American Psychological Association
CIJ	Coordenadoria da Infância e Juventude
CIJUS	Centro Integrado de Justiça
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUD	Escola Judicial de Mato Grosso do Sul
FMIA	Fundo Municipal da Infância e Adolescência
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
MH, MV	Minha História, Minha Vida
MS	Mato Grosso do Sul
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJMS	Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cardápio de atividades	57
Quadro 2 – Categoria Desenvolvimento Biopsicossocial.....	74
Quadro 3 – Categoria Construção da Identidade	75
Quadro 4 – Categoria Diretrizes do ECA	75
Quadro 5 – Categoria Fonte de Registro.....	76
Quadro 6 – Categoria Impacto no Voluntário.....	76
Quadro 7 – Categoria Impacto na Pessoa em Desenvolvimento	77

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. IDENTIDADE.....	17
2.1 Psicologia Social e Identidade	18
2.2 Breve Histórico da Identidade	20
2.3 Igualdade e Diferença	23
2.4 Representação	24
2.5 Metamorfose.....	26
2.6 Identidade e Sociedade	27
2.7 Identidade e Crise	29
2.9 Identidade e Memória.....	31
3. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	34
3.1 A história do acolhimento institucional no Brasil	38
3.2 Causas do acolhimento institucional	41
3.3 Consequências da institucionalização prolongada	43
3.4 Acolhimento institucional no estado de Mato Grosso do Sul	45
3.5 Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS.....	48
4. PROJETO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA”	50
4.1 Objetivo; Missão; Visão e Valores do Projeto Minha História, Minha Vida	53
4.2 Como funciona o Projeto “Minha História, Minha Vida”?	54
4.3 Consequências da pandemia Covid-19 no Projeto “MH, MV”	63
5. OBJETIVOS.....	65
5.1 Objetivo Geral.....	66
5.2 Objetivos Específicos	66
6. MÉTODO	67
6.1 Caracterização do estudo	68
6.2 Local.....	68
6.3 Pessoas que participaram do estudo.....	69
6.4 Instrumentos.....	70
6.5 Procedimentos de produção de dados	71
6.6 Procedimento de análise das informações.....	73

6.6.1 Análise de conteúdo	73
6.6.2 Nuvem de palavras.....	78
6.7 Cuidados éticos.....	81
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	83
7.1 Construção da Identidade.....	85
7.2 Desenvolvimento Biopsicossocial.....	87
7.3 Diretrizes do ECA.....	89
7.4 Fonte de Registro	90
7.5 Impacto no Voluntário.....	92
7.6 Impacto na Pessoa em Desenvolvimento	92
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	104
Apêndice A - Ofício CIJ -TJMS.....	105
Apêndice B - Ofício Casa Acolhedora I	107
.....	107
Apêndice C - Ofício Casa Acolhedora II.....	109
Apêndice D - Roteiro de entrevista para representante da unidade de acolhimento participante do projeto MH,MV.....	111
Apêndice E - Roteiro de entrevista servidor da CIJ-TJMS	112
Apêndice F - Roteiro de entrevista voluntários do projeto MH,MV	113
Apêndice G - TCLE servidores da CIJ-TJMS	114
Apêndice H - TCLE coordenador/diretor casa acolhedora integrante do projeto MH,MV ..	115
Apêndice I - TCLE voluntários do projeto MH,MV	116
Apêndice J - Termo de autorização para gravação de voz.....	117
ANEXOS	118
Anexo A - Carta explicativa aos adotantes sobre o projeto MH,MV	119
Anexo B – Depoimento Casa Acolhedora II	121
Anexo C - Declaração de anuência CIJ - TJMS.....	122
Anexo D - Termo de ciência Casa Acolhedora I	123
Anexo E - Termo de ciência Casa Acolhedora II	124
Anexo F - Anuência Coordenação sobre pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Psicologia	125
Anexo G - Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa da UCDB	126
Anexo H - Poema Morte e Vida Severina	127

1. INTRODUÇÃO

Você já se imaginou, em pleno século XXI, com os recursos tecnológicos em voga, sem ter sequer uma foto sua? Num primeiro momento, até parece uma pergunta descabida, mas ainda que aparente ser distante de nós, essa é uma realidade de muitas crianças e adolescentes que passam o período de sua infância/adolescência vulneráveis, em unidades de acolhimento. Até o ano de 2020, existiam cerca de trinta e quatro mil pessoas em desenvolvimento vivendo em casas acolhedoras no Brasil (dados do CNA) e que, eventualmente, vivenciavam essa realidade.

A vulnerabilidade de crianças e adolescentes em acolhimento institucional tem sido o tema basilar que permeia a minha vida acadêmica, virando até mesmo, capítulo de livro. Em 2017, na graduação do curso de Direito, o título do meu trabalho monográfico foi: Adoção e a Segurança Jurídica da Atualidade. Para entender todos os procedimentos jurídicos relacionados à adoção, tive que me aproximar das personagens principais desse enredo, que são justamente as pessoas em desenvolvimento, em situação de abrigo, que anseiam por uma nova família.

Durante esse período, fiz um levantamento das casas acolhedoras existentes no estado de Mato Grosso do Sul, e também, dos projetos sociais voltados à essa população infanto-juvenil. Diante das informações obtidas, no ano de 2018 decidi ser voluntária do Projeto “Minha História, Minha Vida”, fato que se configurou num verdadeiro divisor de águas em meu viver, tanto no âmbito pessoal, como acadêmico. Afinal, foi a partir dessa experiência, que essa pesquisa emergiu e deu seus primeiros passos em 2019, com a efetiva entrada no Programa de Mestrado em Psicologia da Saúde, da Universidade Católica Dom Bosco. O voluntariado, despertou uma maior sensibilidade no modo de olhar para o ser humano, o que me levou a buscar na seara da Psicologia o amparo necessário para trabalhar essa visão biopsicossocial e integralizada do homem.

O “Minha História, Minha Vida”, foi iniciado no estado de Mato Grosso do Sul, em 2013, e segue em vigência até hoje, sob a supervisão da Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS, tendo como objetivo precípua, proporcionar meios de expressão que favoreçam ao pertencimento social de seus participantes, o que se dá, através da confecção de um álbum interativo entre o voluntário e a pessoa em desenvolvimento, que abrange fotos, desenhos e escritas.

Este trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: O Projeto “Minha História, Minha Vida” contribui na construção da identidade da criança/adolescente? E como hipótese de pesquisa, acredita que a partir da confecção do álbum, a pessoa em desenvolvimento se apodera melhor de sua identidade. Indagação e possibilidade que se espera, sejam esclarecidas a contento e confirmadas, ao final desta investigação.

A propósito, registro que todo o esquema de trabalho idealizado para realizar a pesquisa, teve que ser rearticulado, em face da eclosão da pandemia ocasionada pelo vírus Covid-19, no primeiro semestre de 2020. Fato que exigiu um grande esforço de superação do medo que se apoderou das pessoas e das dificuldades de adaptação que todos passamos, como o uso de máscaras, o *lockdown* e, principalmente o distanciamento social.

Assim, impossibilitada de me dirigir até as unidades acolhedoras integrantes do Projeto, criou-se um dificultador para a observação e registro do diário de campo, no *locus* da pesquisa, obstaculizando ainda, encontrar voluntários que pudessem contribuir com suas impressões e pontos de vista. A indicação de possíveis colaboradores para as entrevistas, partiu, portanto, da CIJ – TJMS. Num primeiro momento, a ideia era de que pelo menos cinco voluntários fossem entrevistados, no entanto, o resultado foi de apenas uma adesão. Por ser uma fonte rica de vivências e detalhes, tendo trabalhado o álbum com mais de dez crianças/adolescentes, os relatos da entrevistada foram suficientes para atender aos anseios deste estudo.

A pandemia afetou também o próprio modo de realizar e conduzir uma entrevista, principal instrumento de coleta de dados, já que duas delas, tiveram que ser feitas de modo remoto e por meio de chamada de vídeo. Embora haja uma facilidade de tempo, locomoção e até mesmo dinheiro nesse sistema *on-line*, a tela deixa a desejar no afago moral que se pode dar ao participante, no *rapport* que pode se estabelecer, e na percepção de certos gestos corporais e emoções que enriquecem as transcrições e que por esta forma, podem passar despercebidos.

Finalizando, destaco que esse estudo é de natureza qualitativa e se caracteriza como de campo exploratório, estruturando-se em seis capítulos teórico-metodológicos. O primeiro, apresenta a óptica da identidade, principalmente sob o olhar de Antonio da Costa Ciampa, que se reveste no autor utilizado como referência. Já o segundo capítulo, se refere às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, trazendo a história do abrigamento no Brasil e dando um maior enfoque na situação do estado de Mato Grosso do Sul. O terceiro capítulo faz um apanhado geral sobre o Projeto “Minha História, Minha Vida”, aqui investigado e; o quarto, o quinto e sexto capítulos, tratam respectivamente, dos objetivos; do método utilizado e conseqüentemente dos resultados e discussão obtidos. Por último e não menos importante, seguem as considerações finais e o desejo de ter feito deste trabalho uma contribuição acadêmica e social.

2. IDENTIDADE

2.1 Psicologia Social e Identidade

A Psicologia é reconhecida como a ciência do comportamento humano, de acordo com a American Psychological Association (2015) a Psicologia se reveste no “estudo da mente e do comportamento [...] o entendimento do comportamento é uma tarefa dos psicólogos”. Já a Psicologia Social, é o “ramo dessa ciência que lida com a interação humana” (Gergen, 2008, p. 475), visando estudar o comportamento do indivíduo em relação às influências sociais que recebe.

Silvia Lane (2006) explica que essas influências sociais acontecem desde o nosso primeiro sopro de vida. Nascemos em um grupo familiar, no qual as pessoas que o integram sobrevivem porque trabalham em alguma atividade e, portanto, participam de um outro grupo (o do trabalho). Depois, passamos a frequentar a escola, onde nos relacionamos socialmente com os professores, colegas de classe, etc.; tornamo-nos adultos e também temos que trabalhar; pertencemos ao grupo da igreja; e, quando conhecemos alguém especial, constituímos a nossa família. Logo, todas essas vivenciais pelas quais passamos, acabam sendo internalizadas e constituindo o nosso próprio mundo interno.

Nesse norte, Codo (1985, p. 140) ensina que:

Ao declararmos que o homem é um ser histórico, estamos afirmando que a sua relação com o meio ambiente se dá de uma maneira permeada socialmente. No dizer de Engels, o único fato histórico que existe é que o homem precisa sobreviver. E o que muda não é que se produz num determinado período histórico, são as relações de produção, são as relações sociais que permeiam ou que significam *stricto sensu*, a relação entre homens.

Assim podemos perceber que é muito difícil encontrarmos comportamentos humanos que não envolvam componentes sociais, e são, justamente, estes aspectos que se tornam o enfoque da Psicologia Social. Em outras palavras, a Psicologia Social estuda

a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade (Lane, 2006, p. 10).

Dentro da sociedade, somos guiados por uma série de padrões, normas e leis que ditam os comportamentos que de forma histórica, vêm proporcionando a manutenção do grupo social. E são, justamente essas normas que caracterizam os papéis sociais que compõem as nossas relações em sociedade.

A medida em que desempenhamos esses papéis, vamos separando o que é nosso e o que é dos outros, de tal forma, que nos singularizamos enquanto indivíduos sociais. Nesse viés, Lane (2006, p. 16) afirma que:

O viver em grupo permite o confronto entre as pessoas e cada um vai construindo o seu “eu” neste processo de interação, através de constatações de diferenças e semelhanças entre nós e os outros. É neste processo que desenvolvemos a individualidade, a nossa identidade social e a consciência de si mesmo.

Bock et al., (2002, p. 14) apregoam que “o mundo objetivo passa a ser visto não como fator de influência para o desenvolvimento da subjetividade, mas como fator constitutivo”. Afinal, “a consciência individual do homem só pode existir nas condições em que existe a consciência social” (Leontiev, 1978, p. 88).

Nesse contexto, é que emerge a compreensão de nossa individualidade, de nossa identidade particular. De acordo com Laurenti and Barros (2000, p. 67):

Dentro dessa perspectiva é conveniente ressaltar que a identidade é um fenômeno social, logo, não é possível dissociar o estudo da identidade individual do estudo da sociedade. É do contexto histórico em que o homem e a mulher vivem que decorrem suas determinações e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou

impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade. [...] O ser humano é produto da sociedade, e vice e versa.

Antonio da Costa Ciampa (2005) ressalta que a identidade é formada pelos vários papéis que desempenhamos ao longo da vida, e que estes papéis tem a função vital de manter as nossas relações sociais. Dita ainda, que somos personagens de uma história em que nós também somos autores, o que nos torna autor/personagem ao mesmo tempo.

Portanto, perfeitamente lícito concluir que a temática da identidade está albergada no campo da Psicologia Social, uma vez que, das interações sociais, começamos os processos de igualdade e diferença, que se revestem como uma primeira noção de identidade (Ciampa, 2005). Desta feita, por ser a identidade o principal campo teórico dessa pesquisa, abordaremos agora, suas especificidades de modo minuciado.

2.2 Breve Histórico da Identidade

Desde os tempos longínquos a temática identidade paira sobre nós, acompanhando o relevo da individualidade e das diversas expressões do eu, no decorrer dos períodos históricos (Strey et al., 2013). Na Grécia antiga, mais precisamente na cidade de Delfos, o templo do deus Apolo trazia em sua entrada principal os dizeres “conhece-te a ti mesmo”. Esse célebre aforismo grego, por não ter um autor definido, foi considerado uma mensagem, um verdadeiro oráculo de Apolo para a humanidade, que deveria, portanto, primeiro conhecer a si, buscar sua identidade, para posteriormente compreender a verdade sobre o mundo (Bock et al., 2002).

Na famosa tragédia de Sófocles (Édipo rei), em dúvida quanto à sua origem, Édipo procura este oráculo para saber quem ele é – sua identidade- e a resposta é aterradora: Édipo é aquele que dormiria com a própria mãe e mataria o pai (Bock et al., 2002, p. 203).

No tempo feudal, a identidade era traçada de acordo com o que estava “predestinado” na vida de cada pessoa. Ser religioso, príncipe, burguês ou servo era a identidade social determinada para cada ser e assim deveria ser seguido, de modo que a escolha divina não poderia ser contestada.

Já na modernidade, há uma substituição da determinação da posição social por uma autodeterminação compulsiva e obrigatória. Os seres humanos tornam-se livres para a autocriação, alforriando-se, portanto, da predestinação (Bauman, 2008).

Qualquer que fosse o caso, a natureza humana, uma vez vista como legado durável e que não deveria ser revogado de uma Criação divina, foi jogada, com o resto da criação divina, em um cadinho. Não foi mais vista, nem poderia ser, como “dada”. Em vez disso, tornou-se uma tarefa que todos tinham de enfrentar e executar da melhor forma que pudessem. “A ‘predestinação’ foi substituída pelo ‘projeto de vida’, o destino, pela vocação – e a ‘natureza humana’ na qual cada um nasceu foi substituída pela ‘identidade’, que cada um precisa podar e adaptar” (Bauman, 2008, p. 181).

É também nessa época, entre os anos de 1599-1601, que William Shakespeare escreveu a peça Hamlet, em que a personagem principal, o príncipe dinamarquês, vivia num conflito interno, tentando entender sua própria identidade. Tanto que a emblemática frase “ser ou não ser, eis a questão” é oriunda da tragédia Shakespeariana que já apontava essa mudança de paradigma (Bock et al., 2002).

Atualmente, soa em nossa sociedade uma ideia latente de liberdade, podemos ser o que quisermos e nos identificarmos de acordo com a história de vida que nós mesmos escrevemos. Zygmunt Bauman afirma que a maior dificuldade contemporânea é direcionarmos projetos de vida em um mundo que se encontra líquido, onde tudo é muito

incerto e muda num piscar de olhos. Um exemplo disso, são as inúmeras profissões que deixaram de existir em um curto espaço de tempo.

As colocações individuais na sociedade e os lugares aos quais os indivíduos podem ganhar acesso e nos quais podem desejar se estabelecer estão derretendo com rapidez e dificilmente podem servir como alvos para “projetos de vida”. A inquietude e a fragilidade de objetivos afetam todos nós, com ou sem habilidades, educados ou não, com medo de trabalho ou trabalhando duro. Há pouco ou nada que possamos fazer para “encaminhar o futuro” ao seguir os padrões atuais com diligência (Bauman, 2008, p. 185).

Mas afinal, o que é identidade? Nesse interim, a fim de entender como o sujeito é produzido de modo que se torne único, emergiram alguns importantes conceitos sobre identidade.

De acordo com Isac Chiva (1990, p. 14), identidade se configura como “a capacidade que cada um tem de permanecer consciente de sua vida através das mudanças, crises e rupturas”. Já o antropólogo e educador Carlos R. Brandão (1986, p. 38) diz que a identidade:

Explica o sentimento pessoal e a consciência da posse de um eu, de uma realidade individual que torna cada um de nós sujeito único diante de outros eus; e é, ao mesmo tempo, o reconhecimento individual dessa exclusividade: a consciência de minha continuidade em mim mesmo.

Ferreira (1986), conceitua identidade como sendo um conjunto de caracteres exclusivos de determinada pessoa, como o seu nome, idade, estado civil, profissão, gênero, impressões digitais, etc. Para Bock (2002, p. 45), a identidade é definida como sendo:

A denominação dada às representações e sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio, a partir do conjunto de suas vivências. A identidade é a síntese pessoal sobre o si-mesmo, incluindo dados pessoais (cor, sexo, idade), biografia

(trajetória pessoal), atributos que os outros lhe conferem, permitindo uma representação a respeito de si.

Nos assertivos dizeres de Antônio da Costa Ciampa (2005, p. 18), pioneiro no estudo da identidade no Brasil, identidade pode ser considerada movimento e transformação, “morte-e-vida é um outro nome para identidade. Identidade é metamorfose”.

2.3 Igualdade e Diferença

Etimologicamente a palavra identidade remete a *idem*, no latim, o mesmo. Todavia, esse teor de mesmice, igualdade, por si só não basta para definir completamente um conceito identitário, até mesmo porque o reconhecimento do eu ocorre a partir do momento em que eu aprendo a me diferenciar do outro (Strey et al., 2013).

Eu passo a ser alguém quando descubro o outro e a falta de tal reconhecimento não me permitiria saber quem sou, pois não teria elementos de comparação que permitissem ao meu eu destacar-se dos outros eus. Dessa forma, podemos dizer que a identidade, o igual a si mesmo, depende da sua diferenciação em relação ao outro (Bock et al., 2002, p. 204).

De acordo com Ciampa (2005), um exemplo de fácil entendimento dessa relação de diferença e igualdade é o nosso nome. Via de regra, o primeiro grupo no qual somos inseridos é a família, justamente quem nos dá o nosso nome. Logo, enquanto o prenome nos diferencia dos demais familiares, o sobrenome acaba nos igualando a eles, reafirmando o sentimento de unidade.

Nesse contexto familiar, salvo em casos excepcionais, o primeiro “outro” importante em nossa vida é a mãe. É através da presença materna que o bebê vai se diferenciando e compreendendo que não é uma extensão dela. Por isso, as primeiras relações que estabelecemos são tão importantes e marcantes (Bock et al., 2002).

Neste processo de diferenciação, a criança começa a escolher outras pessoas como objeto de identificação, isto é, pessoas significativas que funcionam como modelo em relação ao qual o sujeito vai se apropriando de algumas características, através do processo de identificação, e vai formando sua identidade: o que sou e quero ser, sendo que o que quero ser (o futuro!) já constitui o que sou (presente) (Bock et al., 2002, p. 204).

Diferença e igualdade se revestem em uma primeira noção de identidade. Ao longo da vida, conforme os grupos sociais em que nos inserimos, vamos nos igualando ou diferenciando, por exemplo, um grupo de nacionalidade brasileira se distingue de um grupo estrangeiro, e assim por diante. (Ciampa, 1985).

Logo, ao mesmo tempo em que somos semelhantes a partir da pertença a um mesmo grupo, também somos únicos por meio das diferenças, e, essas diferenças são vitais para a tomada de consciência de si e inerentes à própria vida em sociedade, pois a diferença só aparece a partir do momento que olho para o outro (Strey et al., 2013).

2.4 Representação

A identidade não é um processo estático, mas sim dinâmico e transformador, as ações cotidianas, os pensamentos e os sentimentos, vão construindo a identidade. E como já visto acima, esses fenômenos vão ocorrendo nas pessoas em movimentos de igualdade e diferença em relação às outras (Oliveira, 1994).

Nos dizeres de Melo (2017, p. 36) “Quando nos identificamos, nós firmamos a diferenciação, que é um fator importante na construção da pessoa. Não sei ao certo quando iniciamos esse processo. O que podemos intuir é que a maturidade se expressa nessa capacidade de diferenciação”. E é de acordo com essa maturidade, que vamos representando determinados papéis ao longo da vida em relação ao que é subjetivo em nós mesmos e em relação aos outros.

Antônio da Costa Ciampa (1985, p. 67), dita que representamo-nos desempenhando e assumindo papéis, decorrentes de nossas posições:

Cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade da multiplicidade, que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações. Em cada momento de minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito. [...] Desta forma, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas.

Em suma, o ato de representar para Ciampa (2005) é dividido em três momentos: O primeiro retrata representar, quando compareço como representante de mim; o segundo por sua vez, traz representar, quando desempenho papéis decorrentes de minhas posições; e no terceiro, representar, quando reponho no presente o que tenho sido, quando reitero a apresentação de mim.

Contudo, ainda que a identidade seja um processo dinâmico, pode ocorrer cristalização. Sonia Grubits de Oliveira (1994), revela que a cristalização é um fenômeno decorrente das normas sociais que guiam o comportamento dos indivíduos. Nesse sentido, Ciampa (1985, p. 68) diz que “as atividades que o indivíduo desenvolve são normatizadas tendo em vista manter a estrutura social, conservando as identidades produzidas, repondo as identidades pressupostas. Nesse caso, a identidade aparece como um dado e não como um dar-se constante que expressa o movimento social”.

A conseqüente “superação dessa identidade cristalizada, pressuposta, produzida pela atividade do indivíduo socialmente normatizada, constitui a metamorfose, ou seja, a

modificação de cada personagem em um determinado tempo e espaço’’ (Oliveira, 1994, p. 35).

2.5 Metamorfose

Já ficou claro que a identidade se encontra em constante transformação, é algo dinâmico e mutável. Mas como é possível alguém mudar e continuar sendo igual a si mesmo? A resposta para essa pergunta está intimamente ligada à concepção social de identidade, elaborada pelo professor Antônio da Costa Ciampa, que traduz a identidade em metamorfose (Bock et al., 2002).

De acordo com Ciampa (1985, p. 70):

“Outro” que também sou eu, consiste na “alterização” da minha identidade, na supressão de minha identidade pressuposta e no desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante em que toda humanidade contida em mim pudesse se concretizar pela negação (não representar no terceiro sentido) do que me nega (representar no segundo sentido), de forma que eu possa – como possibilidade e tendência – representar-me (no primeiro sentido) sempre como diferente de mim mesmo – a fim de estar sendo mais plenamente.

Bauman (2008, p. 182), metaforiza a metamorfose dizendo que “os sólidos podem ser derretidos, mas o são para moldar novos sólidos, com melhores formas e mais bem adaptados à felicidade humana do que os antigos – e também mais sólidos e assim mais garantidos do que os antigos costumavam ser”.

E todas essas transformações referem-se tanto àquelas que são irreduzíveis, ou seja, que ocorrem independentemente de nossa vontade, como as transições da infância para a adolescência e posteriormente para a fase adulta; como também àquelas maleáveis, que dependem das condições sociais e culturais (Bock et al., 2002).

Sonia Grubits de Oliveira (1994, p. 35) afirma que:

A metamorfose permite a reconstrução da identidade. Isto é, justifica a possibilidade de uma pessoa adulta construir, em situação de conflito, novas identidades, harmonizando-as com identidades anteriores superadas, com a finalidade de elaborar numa história-de-vida peculiar a si mesma e às próprias interações, sob a direção de princípios e modos de procedimentos universais.

Metamorfose nada mais é do que morte e vida. Talvez, a transformação surja em decorrência da morte da última personagem encarnada. O que possibilita o nascimento de uma outra, ainda mais aprimorada. Metamorfose é identidade (Ciampa, 2005).

2.6 Identidade e Sociedade

Assevera Oliveira (1994) que a identidade, na íntegra, deve ser analisada de modo estrito e amplo. Estritamente, estuda-se a relação existente entre o homem, consigo mesmo e, de forma ampla, analisa-se a formação da identidade tomando como referência a relação do sujeito com os demais. Desse modo, podemos concluir que a nossa inserção na sociedade, o modo como nos relacionamos com os outros e os grupos dos quais pertencemos, implicam diretamente na construção de nossa identidade.

Nesse ponto, Ciampa (2005, p. 205; 132) apregoa que “o desenvolvimento da identidade de alguém é determinado pelas condições históricas, sociais, materiais dadas, aí incluídas condições do próprio indivíduo”. Ainda defende que “as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela. A questão da identidade, assim, deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é, sobretudo, uma questão social, uma questão política”.

A questão da identidade, então, de acordo com o referido autor, remete-nos necessariamente a um objetivo político, com engajamento em projetos de coexistência humana que possibilitem um sentido de história como realização de um futuro a ser feito com os outros, com projetos que possam tender, convergir ou concorrer para a

transformação real de nossas condições de existência, de modo que o verdadeiro sujeito humano exista (Oliveira, 1994, p. 37).

Desta feita, é importante dizer que a sociedade é componente essencial para a consolidação da identidade e, conseqüentemente, para os processos de socialização. Grubits de Oliveira (1994, p. 38) citando Berger e Luckman escreve que “é a socialização que constitui a base primeira da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido”.

E essa socialização, ocorre em duas etapas no decorrer de nossa vida, sendo elas: a socialização primária e secundária. A primeira etapa, é aquela que acontece durante a infância, período em que a criança é um livro em branco e, por isso, tudo o que aprende e vivencia se interioriza nela de maneira profunda.

A socialização primária implica mais do que o aprendizado puramente cognoscitivo, ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção, e assim a criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. A interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus, sendo que, por meio dessa identificação com os outros significativos, torna-se capaz de identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível (Oliveira, 1994, p. 39).

Já a socialização secundária (segunda etapa), é um processo ulterior que introduz um indivíduo que já se encontra socializado, em novos segmentos da sociedade. Berger e Luckman (1973), como citado em Grubits de Oliveira (1994, p. 39) enfatizam que:

É a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições, é a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções diretas ou indiretas com raízes na divisão do trabalho. São realidades parciais, em contraste com o mundo

básico adquirido na socialização primária e exigem pelo menos os rudimentos de um aparelho legitimador, frequentemente acompanhado de símbolos, rituais ou materiais.

Uma vez que nesse processo de socialização, o livro da vida do sujeito já tem páginas escritas, a identificação torna-se menos profunda, pois já não tem o colorido emocional que têm os vividos nos primeiros anos de vida (Oliveira, 1994).

Por isso, a interiorização na socialização primária resta muito mais enraizada na consciência do sujeito, em comparação ao que foi interiorizado na socialização secundária. “Os sentimentos e emoção, portanto, estão intimamente ligados ao grau de profundidade dos processos de identificação [...] a socialização primária termina quando o conceito do outro generalizado, e tudo quanto o acompanha, é estabelecido na consciência do indivíduo” (Oliveira, 1994, p. 39).

Como essa pesquisa tem por objetivo a análise das experiências a partir da feitura do álbum do Projeto “Minha História, Minha Vida”, por crianças e adolescentes, o processo de socialização primária que nos é pertinente.

2.7 Identidade e Crise

O termo crise de identidade foi cunhado durante a guerra para descrever o diagnóstico de alguns pacientes mentais que pelas adversidades características do campo de batalha, acabaram perdendo seu sentido de igualdade pessoal e continuidade histórica (Bauman, 2008).

Como já vimos, ao decorrer de nossa existência representamos várias personagens e a medida em que uma sai de cena, outra mais elaborada entra, e, “neste processo de mudança, o novo – quem sou, agora – amalgama-se com o velho – quem fui ontem quando era adolescente, criança” (Bock et al., 2002, p. 207).

Entretanto, não raras vezes, toda essa mudança que nos acomete tanto de forma inexorável, a exemplo as transições de fases da vida, quanto por fatores externos pode ser um

processo doloroso, conflitivo e até mesmo repleto de angústia. Quando esse quadro se apresenta, nos deparamos de fato com a crise identitária.

Um caso exemplar de crise de identidade, em função inclusive do seu caráter inexorável, e que pode ser vivida com mais ou menos sofrimento, é a adolescência. Este período de vida marca a passagem da infância para a juventude quando, independentemente da vontade do indivíduo, grandes mudanças ocorrem em todos os níveis: o corpo transforma-se, o funcionamento bioquímico altera-se, a capacidade intelectual realiza-se com maior flexibilidade - a capacidade de operar com abstrações, de pensar sobre o pensamento – os interesses mudam; o mundo não se restringe ao universo familiar e escolar, e os grupos de pertencimento passam a ter outras expectativas de conduta sobre o adolescente, como a autonomia, o saber cuidar de si, enfim, ocorre uma revolução! [...] essa crise pode significar – e, na maioria das vezes, o é – um período de “confusão” criadora, em que há o luto da perda do corpo infantil e a estranheza quanto àquele corpo adulto que o adolescente desconhece e deseja, e que vai se constituindo, inexoravelmente. Às mudanças do corpo correspondem mudanças em sua subjetividade. O novo corpo é habitado por uma nova mente (Bock et al., 2002, p. 207-208).

Embora essa crise de identidade entre a adolescência e a juventude aconteça inevitavelmente, ela não se resume somente a essa transição. A depender dos contextos biográficos e sociais do sujeito, esse quadro também pode se desencadear.

A “crise de identidade” nos adultos, é uma condição patológica que requer intervenção médica; também é um estágio comum, porém passageiro, no desenvolvimento pessoal “normal” e que com toda a probabilidade chegará ao seu fim natural quando o adolescente amadurecer (Bauman, 2008, p. 188).

Zygmunt Bauman (2008) ainda ressalta que desde a passagem do século XX para o XXI que as pessoas tendem a passar por esse tipo de crise, pois, num mundo onde tudo muda muito rapidamente, o controle do tempo presente e do seu próprio destino, são nulos.

Em síntese, a crise de identidade é um momento na vida da pessoa em que ela procura “com maior ou menor grau de consciência dessa crise, reconfigurar o seu pertencimento dentro do mundo, é uma nova visão da sua identidade para si e para os outros (Bock et al., 2002).

A fim de evitar que crianças e adolescentes passem por suas transições inexoráveis sem referências do que viveram, pensaram, aspiraram durante sua estadia na casa de acolhimento é que o registro de seu álbum, a partir do Projeto “Minha História, Minha Vida”, se faz tão importante. Fortifica a identidade de seus participantes e de certa forma, previne possíveis futuras crises identitárias.

2.9 Identidade e Memória

Desde os primórdios da humanidade, a preocupação em fazer memória nasceu. Não satisfeito com a máquina potente e perfeita que possui, nosso cérebro, o homem sempre recorreu a extensões da memória para deixar registrada a sua história de vida. A pintura rupestre é a primeira herança dessa preocupação legitimamente humana, pois ainda que instintivamente, queria deixar traços, assinar, enfim, fazer memória (Candau, 2019).

Muito tempo depois, quando já tínhamos uma sociedade organizada e politizada, a pintura revestida na figura do autorretrato ou na encenação do monarca durante os seus feitos históricos era prática comum a coroa, deixando marcado o seu legado. Essa preocupação de perpetuação existencial, se consolida explicitamente com o surgimento da escrita, aproximadamente há seis mil anos atrás, que traduz em palavras todas as conquistas, derrotas e feitos dos homens. “Heródoto escrevia ‘para impedir que não desapareça o que fazem os homens’, nem para que se torne anônimo, sem identidade, com o projeto de fazer entrar nas

memórias não apenas o tempo longínquo das origens, mas aquele dos acontecimentos próximos” (Candau, 2019, p. 107).

Em meados do século XIX surge a fotografia, que veio não para superar, mas sim, para complementar a escrita, dando fisionomia ao que estava narrado no papel e se revestindo numa prática comum até os dias de hoje.

Entre as várias razões que se conhecem para o sucesso da prática da fotografia em todos os meios sociais está certamente a maneira cômoda com a qual essa “arte moderna”, que é uma arte da memória, permite representar materialmente o tempo passado, registrá-lo e dispô-lo em ordem. Mantendo com seu passado tantos elos quanto fotos em seu álbum, o sujeito faz da fotografia “suporte de uma narrativa possível” ele próprio ou de sua família (Candau, 2019, p. 90).

Logo, se pinturas, escritos e fotos servem para fazer memória, no que consiste a memória, e qual a sua relação com identidade?

Para o autor Joel Candau (2019, p. 16), a memória é a faculdade primeira, que alimenta a identidade:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética de memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

A respeito da memória, Sonia Grubits de Oliveira (1994, p. 51-52) revela existirem dois tipos: memória hábito e memória souvenir.

A memória hábito, memória dos mecanismos motores que envolve esquemas de comportamento conservados e de que se vale automaticamente na sua ação sobre as coisas, fazendo parte de um adestramento cultura adquirida pelo esforço de atenção e pela repetição de gestos e palavras, ou seja, ocorre no próprio processo de adaptação

social ou pelas exigências sociais. A memória “souvenir” ocorre quando as lembranças, independentes dos hábitos são isolados, singulares, própria recordação do passado. A memória souvenir é aquela que tem um tempo, uma data curta, traz à consciência um momento único singular, não repetido, definido, enquanto que a memória hábito tem um caráter mecânico e se incorpora às práticas do dia a dia.

Já Candau (2019, p. 60), afirma que a memória se realiza em três direções diferentes:

Uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro.

Podemos dizer então que:

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo do pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si (Candau, 2019, p. 59-60).

Por isso, o álbum confeccionado a partir do Projeto, com suas fotos, autorretrato e escritos, é uma fonte direta de recordação, e o ato de recordar é vital para que não nos tornemos seres perdidos em nossa própria história de vida.

3. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mais precisamente em seu artigo segundo, define-se criança como pessoa com até doze anos completos, e, adolescente como a pessoa que estiver na faixa etária entre doze e dezoito anos. Ou seja, o fator cronológico é o que determina a diferenciação da criança para o adolescente, sem que as condições psicológicas ou mesmo biológicas sejam levadas em consideração. Portanto, o aniversário de 12 anos que faz a criança tornar-se adolescente, e o aniversário de 18 anos que provoca a passagem da adolescência para a vida adulta (Rossato, et al., 2016).

Todavia, a perspectiva biopsicológica, adota como critérios de diferenciação as mudanças psicológicas e fisiológicas variáveis, que ocorrem por volta dessa idade. Logo, a cronologia perde o seu protagonismo absoluto (Fiorelli & Mangini, 2018).

Por serem pessoas em desenvolvimento, são mais vulneráveis e precisam, portanto, de mais direitos ou ainda de direitos especiais, como o de brincar, por exemplo. O Estatuto da Criança e do Adolescente é quem endossa os direitos dos infantes, preconizando sempre o melhor interesse da criança/adolescente e ainda o seu direito fundamental à convivência familiar, apregoado pela Constituição Federal.

O melhor interesse da criança e do adolescente, ou ainda, interesse superior, é sinônimo de “que toda intervenção deve atender prioritariamente aos interesses das pessoas em desenvolvimento, sem prejuízo a outros interesses no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto”. Postula-se como uma bússola para aplicação de todos os princípios e regras que versem sobre o direito da população infanto-juvenil, encontrando previsão, no parágrafo único do art. 100 do Estatuto, em seu inciso IV (Rossato et al., 2016, p. 67).

Já no que tange ao direito à convivência familiar, precipuamente, se parte do princípio de que a família é a base da sociedade. Afinal, é ou deveria ser, no seio familiar que, via de

regra, temos as primeiras interações sociais e também, onde compomos os nossos campos afetivos, morais, éticos, educacionais e até mesmo patrimoniais.

No âmbito familiar, vão se suceder os fatos elementares da vida do ser humano, desde o nascimento até a morte. No entanto, além de atividades de cunho natural, biológico, psicológico, filosófico..., também é a família o terreno fecundo para fenômenos culturais, tais como as escolhas profissionais e afetivas, além da vivência dos problemas e sucessos. Nota-se assim, que é nesta ambientação primária que o homem se distingue dos demais animais, pela susceptibilidade de escolha de seus caminhos e orientações, formando grupos onde desenvolverá sua personalidade na busca da felicidade (Lévi-Strauss, 1967).

Fiorelli and Mangini (2018, p. 226), asseguram que “no lar instalam-se as bases de crenças, valores e fundamentos dos comportamentos de cada indivíduo, que se refletirão, mais tarde, em condicionamentos positivos ou negativos em seus relacionamentos interpessoais”.

Tamanha a importância da unidade familiar, que a nossa Carta Constitucional de 1988, em seu artigo 227, dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Um ano mais tarde, em 1989, a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança, traz em seu preâmbulo que é na família que se encontra o ambiente natural para o crescimento e bem-estar das crianças. Reconhecendo que para o pleno e harmonioso desenvolvimento da sua personalidade, devam crescer respaldados pela felicidade, amor e compreensão.

Contudo, nem sempre o núcleo familiar apresenta todos esses “ingredientes”.

Algumas vezes, o abandono, a negligência, abusos e os maus-tratos imperam, fazendo com que crianças e adolescentes, sejam retirados da convivência de sua família natural e consequentemente, encaminhados para o acolhimento familiar ou institucional.

No assertivos dizeres de Rossato et al. (2016, p. 148):

Após a Lei n. 12.010/2009 (Lei Nacional de Adoção), os programas de acolhimento familiar e institucional ganharam maior importância, pois ao lado da guarda e da tutela, desempenham o papel temporário de manter a criança e o adolescente a salvo de quaisquer perigos enquanto se busca a reestruturação da família natural. São, pois, medidas de proteção aplicáveis em situação de risco à criança ou ao adolescente.

Vale frisar, que a retirada da pessoa em desenvolvimento de seu convívio familiar, deve ser medida excepcional e temporária, que será revogada a partir do momento em que a família reestabelecer condições favoráveis de manter a guarda do infante (Rossato et al., 2016). Todavia, se a reestruturação familiar não ocorre, inicia-se o processo de destituição do poder familiar, que acaba por desvincular a criança/adolescente de sua família de origem, rompendo os vínculos de tal forma, que possa ser incluída no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

O artigo 1.638 do Código Civil, é quem disciplina as causas da perda do poder familiar, que se revestem no castigo imoderado ao filho; no abandono; na prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; e na incidência reiterada de faltas como, o abuso, a omissão do cumprimento dos deveres, a administração ruínosa dos bens da prole e a condenação criminal com pena superior a dois anos de prisão. A destituição do poder familiar pode ser decretada apenas mediante sentença judicial e terá início por provocação do Ministério Público ou por quem tenha legítimo interesse, incluindo-se qualquer parente (Art. 155, ECA).

Importante salientar que a ação de destituição do poder familiar ocorre somente após todas as tentativas possíveis, de se manter o filho com seus genitores ou ainda, com algum familiar consanguíneo, ou seja, somente se não houverem parentes interessados em ficar com a criança/adolescente, é que essa ação é instaurada. (Dias, 2015).

Logo, a partir do momento em que a criança/adolescente for afastada de forma definitiva de sua convivência com a família biológica, será o Estado, detentor de sua guarda. De modo que o infante só poderá sair da situação de acolhimento institucional, ora pela sua adoção, ora pelo atingimento da maioridade. E assim, o abrigo que deveria ser apenas uma casa de passagem que, de acordo com o ECA, deve ter duração máxima de dois anos, não raras vezes, acaba ganhando status de morada duradoura.

3.1 A história do acolhimento institucional no Brasil

O abandono de crianças e adolescentes é uma triste realidade arraigada em nossa história desde os primórdios do Brasil Colônia. Com a pobreza da época, não era incomum a entrega de crianças para as casas de acolhimento. As ordenações do Reino de 1603 já previam que a Câmara ou os hospitais deveriam assumir a manutenção das crianças órfãs ou abandonadas. Para isso, estavam autorizados ao aumento de impostos sobre o azeite e o sal, para custear famílias denominadas criadeiras ou instituições encarregadas de cuidá-las até os sete anos de idade (Kreuz, 2012).

Também, segundo Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), o período colonial foi balizador para que agrupamentos sociais surgissem. Orfanatos, abrigos e colégios internos, são os maiores exemplos, direcionados para que os jovens tivessem uma primeira formação trabalhista.

Ainda nessa época, uma expressão, bem pejorativa por sinal, tornou-se usual na sociedade brasileira: “enjeitados”. Assim, eram denominados os pequenos deixados por seus genitores em igrejas, hospitais e locais com ampla visibilidade que com o passar do tempo,

deram margem à criação da roda dos enjeitados ou dos expostos, que só deixou de existir em meados do século XX.

Grande parte das crianças abandonadas nas rodas era de filhos ilegítimos, também denominados “filhos do pecado”, haviam crianças de famílias humildes, mas, principalmente, crianças filhas de escravas, que ali eram deixadas para se tornarem livres. Isso passou a ocorrer pela expedição do Alvará de 1775, que conferia às crianças deixadas na roda a condição de livres, ou seja, as livrava da escravidão (Kreuz, 2012).

A fundação das santas casas de misericórdia, também teve grande valia para o auxílio de órfãos e abandonados, emergindo um senso caritativo nas pessoas que passaram a contribuir com doações principalmente de alimentos e também, consagrando a filantropia no Brasil.

Em maio de 1888, com o advento da Lei Áurea e a consequente abolição da escravatura, o número da população de rua aumentou de forma significativa. E “a questão da criança de rua era tratada como um problema de ordem policial. A polícia tinha a missão de corrigi-la e, em alguns casos, encaminhá-la às instituições filantrópicas ou abrigos” (Kreuz, 2012, p. 24).

Instaura-se, portanto, a imagem do “menor infrator”, que leva a exigir uma postura Estatal revestida na criação do Juizado de Menores, datada em 1923. De acordo com Jadir Cirqueira de Souza (2014), a atuação desse Juizado, caracterizava-se por ter um “viés nitidamente penalista e punitivo e sem nenhuma perspectiva de proteção de direitos fundamentais”. Desta feita, a cultura do internato começa a crescer a olhos vistos, sendo tido como ambiente de correção do Estado, para crianças e adolescentes que “saíam do controle” de suas famílias.

Em 1927, o Congresso Nacional implementou o primeiro Código de Menores de nossa legislação, também conhecido por Código Mello Matos, homenageando o primeiro juiz

de menores do Rio de Janeiro. Dotado dos traços da opressão e do autoritarismo para com a juventude mais carente, oprimia essa população sob o pretexto da proteção do Estado (Mendez & Da Costa, 1994).

Já em 1941, em meio à ditadura de Getúlio Vargas, tentando atender a ineficácia do sistema até então utilizado para as crianças e adolescentes, cria-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Esse Decreto-lei, de número 3.799, em seu artigo segundo elencava as principais funções do SAM, sendo elas “sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares”. Mais uma vez, delineou-se um fracasso, chegando a atingir status de fábrica de criminosos, passar pelo SAM era sinônimo de tornar-se temido e, portanto, para sempre marcado. (Rizzini & Rizzini, 2004).

Na tentativa de cobrir o frustrado SAM, entra em cena a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p. 35):

A Fundação tinha por missão inicial instituir o “Anti-SAM”, com diretrizes que se opunham àquelas criticadas no SAM. As propostas que surgem para a instauração de um novo órgão nacional centram-se na autonomia financeira e administrativa da instituição e na rejeição aos “depósitos de menores”, nos quais se transformaram os internatos para crianças e adolescentes das camadas populares.

Na mesma época também surgiram as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febems). Respaladas na rígida disciplina militar, as Febems tinham um maior contingente de crianças e adolescentes abandonados, ora por pobreza, ora negligência dos responsáveis e, apenas uma pequena parcela era de “infratores”. Assim, de fato os que foram abandonados, transformaram-se em delinquentes (Kreuz, 2012).

Nesse contexto, vigora em 1979 a Lei n. 6.697, instituindo o segundo Código de Menores do Brasil, aplicando-se para a população infanto-juvenil com alguma patologia

social. Na realidade, não houve uma reformulação do que já existia, e as práticas de outrora continuavam sendo revalidadas (Kreuz, 2012).

Apenas em 1988, com a promulgação da nossa Carta Magna, sob as vestes do princípio da dignidade da pessoa humana é que nossas crianças e adolescentes passaram a ter os seus direitos assegurados, fundando-se a teoria da proteção integral e exaltando o direito fundamental à convivência familiar. O que veio a ser reiterado pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em 20 de novembro de 1989 e, posteriormente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), erigido em 1990 e vigente atualmente.

Apesar de, ao longo do tempo, a sociedade brasileira ter passado por inúmeras modificações, não só no quesito legislativo, como fora apontado, mas também em remodelações no trato social e nos anseios familiares, “o abandono e, conseqüentemente, o acolhimento institucional da criança e do adolescente ainda continua sendo uma das mais graves chagas sociais dos tempos moderno” (Kreuz, 2012, p. 45).

Segundo dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no ano de 2020 ainda existiam cerca de 34 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Brasil.

3.2 Causas do acolhimento institucional

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2004, coordenada pela pesquisadora Enid Rocha de Andrade da Silva, os principais motivos de abrigo de crianças e adolescentes se constituíam em: carência de recursos materiais da família (24,1%); abandono dos pais ou responsáveis (18,8%); violência doméstica (11,6%); pais dependentes químicos/alcoolistas (11,3%); vivência de rua (7,0%); orfandade (5,2%); prisão dos genitores ou responsáveis (3,5%); abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3,3%) e outros (15%). O fato é que nessas circunstâncias, raros são os

casos em que a pessoa em desenvolvimento acaba sendo reintegrada em sua família de origem.

Por meio do programa de acolhimento institucional, a criança ou adolescente permanecerão junto a uma entidade de atendimento, que pode ser governamental ou não governamental, presidida por um dirigente, guardião daqueles que estão sob os cuidados da instituição. Apenas o juiz da Vara da Infância poderá realizar o encaminhamento dos infantes, munido da guia de acolhimento, e de acompanhamento individualizado do caso (art. 101, VII, do ECA). Impera destacar que:

A permanência da criança ou adolescente, no acolhimento institucional, deverá ser reavaliada no máximo a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta”, por meio de adoção (Rossato et al., 2016, p. 149).

Quando se fala em instituições de acolhimento, se faz imprescindível citar os princípios balizadores que estas deverão adotar: preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não desmembramento de grupo de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação da vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; participação de pessoas da comunidade no processo educativo. Tudo isso, resta apregoado no artigo 92, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas infelizmente, muitos abrigos não cumprem as disposições do ECA e nem todos esses princípios são preservados, um exemplo muito comum é o atendimento coletivizado em detrimento do personalizado/individualizado.

A pesquisa realizada pelo IPEA em 2004, ainda revelou que somente 54,6% das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional tinha processo em andamento nas Varas da Infância e da Juventude, o que denota, além da morosidade do judiciário, algo ainda pior: o completo descaso do Estado. “O descompasso existente entre o ECA e a realidade institucional existente mostra como essas crianças estão sendo esquecidas e tendo o seu direito constitucional de viver em família violado” (Ramos, 2012, p. 87).

3.3 Consequências da institucionalização prolongada

O abrigamento prolongado provoca inúmeras consequências nas crianças e adolescentes institucionalizados, sendo que a mais danosa corresponde ao âmbito afetivo. Afinal, é o afeto a mola propulsora que dá sentido e dignidade à existência humana, sendo tão relevante que de acordo com Lôbo (2008), o princípio da afetividade consta implícito em nossa Constituição Federal.

Nas palavras de Sávio Bittencourt (2010, p. 59):

Nós somos seres alimentados pelo afeto. Ele é o combustível essencial para nossa formação. Somos seres mais seguros quando fomos amados em nossa infância de uma maneira explícita. A bem-querência nos permite ousar os primeiros passos e nos ampara nas explorações do desconhecido, que são tão importantes para a formação do nosso caráter.

Devido ao acolhimento massificado, os elos afetivos que se constroem nas casas acolhedoras são frágeis. A começar pela falta de atendimento individualizado, gerando na criança/adolescente a falta de uma referência concreta, até mesmo porque, a rotatividade de cuidadores é alta (Kreuz, 2012).

Careta (2011), em sua tese de doutorado, ressaltou que o convívio dos cuidadores com os infantes nem sempre é fácil, afinal, conviver com histórias de vida marcadas pelo sofrimento, de pessoas com tão pouca idade, acarreta uma carga emocional grande nesse

trabalho, geradora de problemas de ordem psicológica, ocasionando, por conseguinte, o afastamento dos mesmos.

Outros malefícios do prolongado acolhimento institucional, também são comumente observados: crise identitária, proveniente da perda da individualidade mediante ao tratamento coletivizado; aniquilamento dos vínculos biológicos devido à contínua falta de observância do que apregoa o artigo 92 do ECA; autoestima baixa, caracterizada por uma imagem negativa de si mesma, um exemplo é a crença de que a criança/adolescente não é bom o bastante, por isso ainda não fora adotada; estimulação e desenvolvimento prejudicados em vista do reiterado ciclo de abandonos e perdas que sofrem; problemas de saúde mental como angústia, stress e depressão; retardo na socialização, pois, mesmo sem ter cometido crime algum, a criança/adolescente permanece aprisionado na casa acolhedora, não conhecendo ao certo o mundo externo, o que dificulta o seu posterior enfrentamento; alto custeio para manutenção do infante no abrigo e os da própria instituição, já que o pagamento dos funcionários, a alimentação, vestuário, saúde, transporte, etc, são custeados pelo Estado, logo, pela sociedade em si, excetuando-se as unidades acolhedoras financiadas por entidades religiosas ou privadas (Souza, 2014).

Nesse contexto, Motta (2002) como citado em Ramos (2012, p. 91), nos dita que:

A falta de um objeto específico e especial de apego leva a prejuízos de ordem somática, intelectual e emocional. Entre os físicos estão as febres, resfriados, alterações de peso, suscetibilidade a infecções, úlceras, gastrites e elevamento da taxa de mortalidade. Quanto aos aspectos intelectuais podemos afirmar que a privação a estímulos sensoriais, sejam visuais, auditivos, táteis ou de outra ordem, relativamente comum entre as crianças institucionalizadas, atrasa o desenvolvimento geral e específico de cada área de aprendizagem. Entre os emocionais podemos nos referir à conduta associal, à agressividade aumentada, à dificuldade nas atividades que

envolvem cooperação, à tendência ao estabelecimento de uma personalidade psicopática.

Portanto, resta nítido que por mais que a unidade acolhedora siga todas as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, nada supera o crescimento e o desenvolvimento da criança/adolescente em um ambiente familiar pautado no amor e nos laços afetivos. O que se mostra perceptível em infantes que crescem em instituições, sem a oportunidade de desenvolverem-se em família, que a extrema baixa autoestima, os levam para uma via direta da falta de perspectiva e de fé na vida, após o seu desligamento pela maioridade. Assim, não raras vezes, acabam envolvendo-se na criminalidade; ou ainda, mendicância e prostituição; desenvolvem distúrbios psíquicos; alguns, transferem nos filhos a mesma privação afetiva que receberam dos pais, fazendo com que o ciclo de abandonos seja reiterado (Ramos, 2012).

Por isso, a crença de que o abrigo é o ambiente mais salutar para o desenvolvimento da criança e do adolescente, onde são assistidos integralmente e estão “sãos e salvos”, deve cair por terra. O direito fundamental à convivência familiar, deve ser respeitado e a vivência na instituição, a mais breve possível.

É claro que em situações extremas, o acolhimento se faz imprescindível, afinal, como assevera Jadir Cirqueira de Souza (2014) “oferecer algum tratamento a crianças sem família deve ser melhor do que deixá-las abandonadas à própria sorte”. O que não pode acontecer de forma desenfreada, é o uso dessa medida protetiva como se fosse a única existente, pois se o seu caráter excepcional e temporário não for seguido à risca, o acolhimento institucional acaba assumindo viés de mais um episódio de abandono e exclusão na vida dos pequenos.

3.4 Acolhimento institucional no estado de Mato Grosso do Sul

Conforme informações do Governo do Estado, Mato Grosso do Sul possui 69 abrigos institucionais para crianças e adolescentes; 14 Casas-Lares e 12 Serviços de acolhimento em família acolhedora, distribuídos entre 65 dos seus 79 municípios

(<http://www.ms.gov.br/acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-e-destaque-em-curso-promovido-pela-sedhast/>).

De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), até 2020, existiam 314 crianças/adolescentes em situação de acolhimento, no estado de Mato Grosso do Sul, o que corresponderia a 3,5% do banco de dados nacional da época. Na capital, Campo Grande, funcionavam 11 instituições de abrigo, que acolhiam 109 pessoas em desenvolvimento no ano de 2020. Desse contingente, a maioria encontrava-se na faixa etária entre 12 a 15 anos, seguidos dos que circundavam de 0 a 3 anos, e, também dos 15 aos 18 anos. Posteriormente, com um percentual equânime, encontravam-se os de 3 a 6 anos e os de 9 a 12 anos. As demais idades, correspondentes a 6-9 anos e a 18-21 anos, foram as que apresentam menor incidência, conforme o demonstrado no gráfico elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (figura 1).

Importante frisar que, as faixas etárias preferíveis para a adoção são as que variam de 0 a 6 anos, e que a data limite para a permanência nas unidades acolhedoras é de 18 anos, salvo raríssimas exceções. Muitas vezes, pela morosidade com que sua situação jurídica é conduzida, crianças perdem constantemente a chance de pertencerem a uma nova família, pois envelhecem e saem da zona preferencial para a adoção.



Figura 1 – Gráfico de crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional, por idade, no município de Campo Grande – MS (CNJ, 2020).

Fonte: <https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp?foco=opcao>

Para essa população vulnerável, existem alguns projetos, em sua maioria instituídos ou apoiados pela Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS, que visam à minoração dos efeitos do acolhimento institucional, sendo eles: Projeto Padrinho; Projeto Leão Amigo da Criança; Projeto de Artes - Releitura das obras de Isaac Oliveira; Projeto Minha História, Minha Vida, entre outros.

O Projeto Padrinho, criado no ano 2000, tem por finalidade proporcionar ajuda material ou afetiva às crianças e aos adolescentes com processos nas Varas de Infância e da Juventude. Em 2003 o projeto foi institucionalizado pelo Tribunal de Justiça, por meio da Resolução n.º 429 e atualmente está ligado à Coordenadoria da Infância e da Juventude. Tamanho o seu sucesso, que fora implementado nas comarcas de: Água Clara, Amambai, Aquidauana, Bandeirantes, Batayporã, Bataguassu, Bela Vista, Bonito, Camapuã, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Fátima do Sul, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada, Nova Andradina, Paranaíba, Pedro Gomes, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo, Rio Brilhante, Sidrolândia, Sonora, Três Lagoas e Terenos (TJMS, 2020. https://www5.tjms.jus.br/projetos/projeto_padrinho.php).

Já o Projeto Leão Amigo da Criança, visa promover o fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e aumentar a arrecadação do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FMIA), em prol das entidades assistenciais que atendem crianças e adolescentes, em todos os municípios do Estado (TJMS, 2020).

Por sua vez, o Projeto de Artes - Releitura das obras de Isaac Oliveira, teve sua vigência durante o ano de 2014, e trabalhava a oralidade, interação e socialização nos participantes; além de desenvolver a imaginação, criatividade, atenção, concentração, expressão artística e de despertar nos infantes o gosto pela pintura e pelas artes, a partir da releitura das obras do artista plástico Isaac de Oliveira (TJMS, 2020).

https://www5.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/projetos/PROJETO_DE_ARTES.pdf).

Por fim, o Projeto “Minha História, Minha Vida” é uma parceria da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) de MS com o Instituto Fazendo História, visando proporcionar às crianças e adolescentes de instituições um verdadeiro resgate de sua história de vida, mediante interações lúdicas que envolvem leitura de livros e contação de histórias realizadas por voluntários previamente capacitados, que visitam as crianças nas instituições de acolhimento uma vez por semana, pelo período de uma hora, no decorrer de um ano (TJMS, 2020. https://www5.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/projetos/PROJETO_MINHA_HISTORIA.pdf). Por ser o objeto de análise dessa pesquisa, tal projeto será minuciado em capítulo subsequente.

3.5 Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS

A Coordenadoria da Infância e da Juventude, é um órgão permanente de assessoria da presidência do Tribunal de Justiça, que tem por finalidade a elaboração e a consequente execução de políticas públicas relativas às pessoas em desenvolvimento, por isso, é de primeira importância para essa pesquisa.

No estado de Mato Grosso do Sul, foi criada em 2010 e instaurada no Centro Integrado de Justiça (CIJUS), em Campo Grande. Atualmente a equipe é composta pela coordenadora - desembargadora Elizabete Anache; pela diretora de departamento - Célia Ruriko Idie Wolfring; coordenadora de apoio aos projetos - Renata Queiroz Giancursi; coordenadora de apoio às articulações interinstitucionais - Doemia Ignes Ceni; coordenadora de controle e processamento - Milene da Cunha Prado Alvim; assessor técnico especializado - Júlio César Fernandes; por 4 analistas judiciários, que não terão os nomes divulgados para que o sigilo aos participantes desta pesquisa seja assegurado; agente de serviços gerais - Jucimeire de Oliveira Melo, Joyce Mara G. Santana; professor cedido pela Secretária

Estadual de Educação (Justiça Restaurativa Escolar) - Carlos Alberto Vieira Carvalho; professoras (Justiça Restaurativa) - Katuscia Ferreira Roscosz, Kézzia Adriana de Alencar Castro, Maria Alice Alves da Motta, Soleide Bendo da Silva; especialista em educação (Justiça Restaurativa Escolar) - Giovanni Costa Figueiredo; gestora de ações socioeducativas (Justiça Restaurativa Juvenil) - Angelita Lopes Murgi, Ivana Assad Villa Maior, Marineide da Silva Pedreira; agente penitenciário estadual - Sueli Castro Rebello; técnico de nível superior - Thiago Francisco Menezes Alves Vieira; estagiária - Monique Lopes Marques.

Ao longo desses 10 anos, as atribuições da Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS tem sido: elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área da infância e da juventude; dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional; promover a articulação interna e externa da Justiça da Infância e da Juventude com outros órgãos governamentais e não-governamentais; colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da infância e da juventude e exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude (TJMS, 2020).

<https://www5.tjms.jus.br/infanciaejuventude/>). Além de coordenar muitos projetos voltados para a população infanto-juvenil, dentre os quais, inclui-se, o “Minha História, Minha Vida”.

4. PROJETO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA”

O Projeto “Minha História, Minha Vida” se constitui em uma parceria da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) de Mato Grosso do Sul com o Instituto Fazendo História, tendo como objetivo precípuo o resgate da história de vida de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

O Instituto Fazendo História, fundado no ano de 2005 pelas psicólogas Clarissa de Toledo Temer Lulia, Claudia Vidigal, Lola Cuperman e Renata Marmelsztejn, de acordo com a cláusula primeira de seu estatuto social “é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e com fins não econômicos”.

O Instituto tem como **visão** o direito de que toda criança/adolescente deve desenvolver-se, de forma plena, no seu seio familiar e na comunidade. Já a sua **missão**, reveste-se em colaborar justamente com o desenvolvimento da população infanto-juvenil com experiência de acolhimento, a fim de fortalecê-los para que se apropriem e transformem suas histórias. Seus **valores** correspondem ao compromisso com as pessoas em desenvolvimento; direito às histórias de vida; franqueza nas relações e trabalho voluntário qualificado (Instituto Fazendo História, 2020. <https://www.fazendohistoria.org.br/o-instituto-fh>).

Dentre os muitos programas que o Instituto Fazendo História desenvolve, encontra-se o Fazendo Minha História, que possibilita meios para que as pessoas em desenvolvimento, acolhidas institucionalmente, possam apropriar-se de sua história de vida. Esse programa é o verdadeiro modelo de referência para o Projeto “Minha História, Minha Vida”, vigente no estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente na capital Campo Grande.

No estado mencionado, o Projeto começou a engatinhar quando, em outubro de 2012 realizou-se o primeiro Ciclo de Debates “Justiça da Infância e Rede de Atendimento: Caminhos para a Interlocação e Ações Integradas”, com a colaboração da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (EJUD), sendo destinado para os magistrados, promotores de justiça,

defensores públicos, psicólogos e assistentes sociais, atuantes na área da infância e juventude, bem como, para os dirigentes das unidades acolhedoras de Mato Grosso do Sul e para técnicos e gestores das Secretarias de Ação Social de Campo Grande – MS. Ocasão na qual, diversas oficinas sobre a temática foram realizadas, sendo uma delas com a psicóloga Claudia Vidigal, sócia fundadora do Instituto Fazendo História e também, presidente institucional da época (Cartilha CIJ, 2017).

Desta feita, surge o aparecimento entre a Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS com a Editora Alvorada (patrocinadora da equipe do Instituto Fazendo História), para dar início ao Projeto “Minha História, Minha Vida”, direcionado às crianças/adolescentes de quatro instituições de acolhimento, do município de Campo Grande – MS (Cartilha CIJ, 2017).

Em 2013, no dia 13 de abril, a equipe da Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul, realizou no plenário do Tribunal do Júri, do Fórum Heitor Medeiros, localizado na capital, uma reunião de seleção para voluntários do Projeto. Visando à participação, inscreveram-se professores universitários, estudantes, jornalistas, comerciários, donas de casa, entre outros (TJMS, 2013).

www.tjms.jus.br/intranet/noticias/materia.php?cod=23701).

Já nos dias 23 e 24 de abril de 2013, os profissionais do Instituto Fazendo História vieram de São Paulo – SP, para Campo Grande – MS, especialmente para fazerem a capacitação dos voluntários, gestores e educadores para a mediação de leitura e registros de histórias de vida. Oportunidade em que a psicóloga da CIJ – TJMS, Rosa Pires, manifestou-se dizendo que:

Mesmo que as instituições de acolhimento sejam locais de passagem para muitas crianças e adolescentes enquanto suas vidas são reorganizadas, nossa proposta é mudar essa realidade e os voluntários serão as pessoas em contato direto com nossas

crianças. Estamos otimistas com os resultados porque devemos propiciar meios para que elas elaborem seu passado, criem condições para sua significação e simbolização no processo de construção de identidade (TJMS, 2013).

www.tjms.jus.br/intranet/noticias/materia.php?cod=23701).

No dia 09 de maio de 2013, o Projeto “Minha História, Minha Vida” começa a sua caminhada nas instituições campo-grandenses: Casa da Criança Peniel I e II; Lar Vovó Miloca e Meninas dos Olhos de Deus (Cartilha CIJ, 2017).

4.1 Objetivo; Missão; Visão e Valores do Projeto Minha História, Minha Vida

O grande objetivo do Projeto “Minha História, Minha Vida”, é proporcionar meios de expressão para que cada criança/adolescente em situação de acolhimento institucional, possa se apoderar melhor de sua identidade e de sua história pessoal, de tal forma, que o Projeto favoreça o seu pertencimento social como um todo (TJMS, 2013).

www.tjms.jus.br/intranet/noticias/materia.php?cod=23738).

O intuito é que cada pessoa em desenvolvimento, acolhida, possa responder às indagações relacionadas a sua própria história de vida, tais como: Quem sou? Quando nasci? Quem são meus amigos? Qual é a minha cor? Quem faz parte da minha família?, entre outras.

Bem como a missão, visão e valores do Instituto Fazendo História, as do Projeto “Minha História, Minha Vida” seguem na mesma direção. A **missão**, propriamente dita, consiste em colaborar com o desenvolvimento de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, trabalhando junto à sua rede de proteção a fim de fortalecê-los para que se apropriem e transformem a própria história (Cartilha CIJ, 2017).

Por sua vez, a **visão** do Projeto é a de que: encontros que valorizam a singularidade de crianças/adolescentes em situação de acolhimento, são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa (Cartilha CIJ, 2017).

E os **valores** estão atrelados ao compromisso com as pessoas em desenvolvimento; direito às histórias de vida; franqueza nas relações e compartilhamento de conhecimento (Cartilha CIJ, 2017).

Assim, o Projeto ambiciona dar meios à pessoa em desenvolvimento, que viva em unidade acolhedora, de conhecer, registrar e resgatar a sua história de vida. Adquirindo um conhecimento mais amplo de si e enfatizando a área biopsicossocial.

4.2 Como funciona o Projeto “Minha História, Minha Vida”?

O Projeto ocorre no período de 1 ano, mediante encontros semanais, com duração de 1 hora, realizados na instituição onde a criança/adolescente viva e, aos poucos, o adulto de referência e a pessoa em desenvolvimento vão construindo seus vínculos afetivos e de confiança, enquanto a dupla pratica diversas atividades, abordando temas como: autorretrato; árvore genealógica; pessoas importantes em minha vida; meus medos; como eu sou; o que já perdi; meus sonhos, etc (Cartilha CIJ, 2017).

O Instituto Fazendo História desenvolveu como sugestão a ser seguida, uma lista de atividades que vão ao encontro da feitura do álbum. Por exemplo, ao abordar o tema Cada Um É Um, a atividade proposta é que em frente ao espelho, o voluntário peça para que criança/adolescente se auto descreva e que também o descreva e, posteriormente cada um faz seu autorretrato. Essa atividade permite que o infante olhe para si mesmo, percebendo as suas diferenças e semelhanças com as demais pessoas, processo que, de acordo com Ciampa (2005), se revela como o primeiro despertar da identidade.



Figura 2 – Páginas do álbum, autorretrato.

Fonte: <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56be297120c6474e15bdaaa4/1455303025956/21.jpg>

Outro exemplo é a atividade Carteira de Identidade, na qual o colaborador deve colocar uma foto da criança/adolescente e destacar aspectos como: eu me chamo; gosto de ser chamado de; o que mais gosto em mim; meu endereço; comida preferida; brincadeira que mais gosto, etc. Dessa forma, a criança/adolescente registra os seus gostos e anseios, apoderando-se melhor de sua identidade.



Figura 3 – Páginas do álbum, carteira de identidade.

Fonte: <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56be290d356fb031229d9764/1455302926264/19.jpg>

A família reveste-se como base para a nossa formação social e, por mais que a pessoa em desenvolvimento possa estar afastada fisicamente de sua família biológica ou até mesmo ter rompido definitivamente os seus vínculos, por conta da destituição do poder familiar de seus pais, ainda assim, é necessário que esse espaço das raízes/origem seja preenchido. Por isso, a atividade árvore genealógica é muito importante para a sensação de pertencimento social e de resgate da própria história.

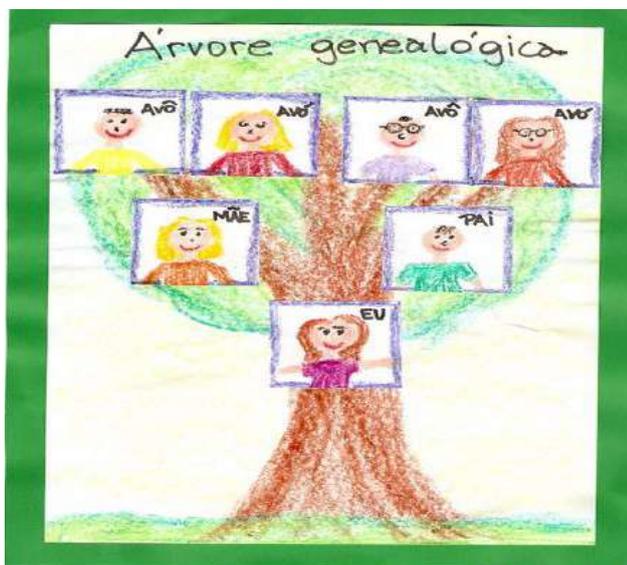


Figura 4 – Páginas do álbum, árvore genealógica.

Fonte: <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56be2aed8259b50d0707d217/1455303406386/28.jpg>.

Todas as sugestões de atividades, encontram-se discriminadas em um guia de ação para colaboradores, elaborado pelo Instituto Fazendo História (<https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56bcc5567da24f4faa269479/1455211873350/guiafmh.pdf>). No guia, elas aparecem no capítulo intitulado “cardápio de atividades” (p. 99-112). Para dar ao leitor, uma maior abrangência de tudo o que pode ser realizado a partir da feitura do álbum, segue abaixo um resumo de todas as proposições do “cardápio”:

Quadro 1 – Cardápio de Atividades

ATIVIDADE	MATERIAL	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
A Verdadeira História.	Livro a verdadeira história dos três porquinhos.	Leia a história e proponha uma reflexão. Será que as narrativas não se tornam diferentes quando são contadas por pessoas diferentes? Tente buscar uma história da vida da criança/adolescente que também possa ter diferentes versões.	Fazer com que a criança/adolescente perceba que não há uma verdade única a respeito das coisas, mas várias possibilidades de vivência de uma mesma situação.
Árvore Genealógica.	Lápis de cor, canetinha ou giz de cera e papel sulfite.	Desenhe uma árvore e dentro da copa, escreva os nomes dos familiares da criança/adolescente de cima para baixo, começando pelos ascendentes maternos e paternos. Caso não saiba todos os nomes, não tem problema. Mas ainda assim, é importante deixar o lugar desses parentes na árvore.	É importante que a criança/adolescente conheça e registre no álbum quem são seus familiares. Nos casos em que nenhuma informação for obtida, essa atividade deverá ser repensada.
Cada Um É Um.	Lápis de cor, canetinha ou giz de cera e papel sulfite.	Na frente do espelho, descreva-se detalhadamente e peça para a criança/adolescente também se autodescrever. Converse sobre a descrição de cada um, semelhanças e diferenças e depois convide-a a fazer um desenho de si mesma.	Permitir que a criança/adolescente olhe para si mesmo e perceba as diferenças e semelhanças entre as pessoas. Trata-se, acima de tudo de uma atividade de autopercepção.
Casinha Feliz.	Livro O trem da amizade, cartolina colorida, cola, tesoura e fotos das pessoas que moram na casa.	O livro é um aquecimento para a atividade. Utilize a cartolina para fazer uma casa, conte quantas pessoas moram na casa (unidade acolhedora)	Fazer com que a criança/adolescente registre em seu álbum, as pessoas que moram com eles nesse momento de sua vida.

		e recorte o mesmo número de janelas. Dentro de cada janela, cole as fotos das pessoas que residem no acolhimento.	
Carteira de Identidade.	Papel e lápis.	Proponha à criança/adolescente que faça uma “carteira de identidade” escrita, registrando algumas informações, como: eu me chamo; gosto de ser chamado de; o que mais gosto em mim é; meu endereço atual é; minha comida favorita é; detesto quando alguém; gosto de brincar de; minha cor favorita é...	Fazer com que a criança/adolescente olhe para si mesma e perceba suas características, gostos e desejos, e assim ir construindo a sua identidade.
Descobrimo as minhas medidas.	Fita métrica e barbante.	Use uma fita métrica para medir o comprimento da criança/adolescente. Escreva em uma folha do álbum o que foi medido e cole o barbante junto.	Conectar a criança/adolescente ao seu corpo e perceber o seu desenvolvimento.
É Hora De...	Folha sulfite, lápis de cor e canetinha.	Dobre as folhas de papel uma dentro da outra, até obter um livrinho de aproximadamente dez páginas. Grampeie e vá registrando junto com a criança/adolescente as atividades realizadas ao longo da semana (rotina).	Registrar a rotina da criança/adolescente e suas características pessoais.
História Ilustrada.	Folha sulfite, lápis de cor e canetinha.	Diga à criança/adolescente para fazer um desenho com tema livre. Depois peça que ele conte uma história sobre o desenho. Escreva	Estimular a criatividade, e dar a possibilidade da criança/adolescente, falarem de si indiretamente.

		essa história no álbum.	
Imagens Recortadas.	Imagens diversas, recortadas de revistas.	Recorte imagens de revistas com diversas cenas. Peça para a criança/adolescente escolher algumas imagens que tenham a ver com alguma característica dela. Comece então uma conversa sobre as histórias que surgem a partir das cenas.	Fazer com que a criança/adolescente se identifique com algumas das cenas recortadas, lembrando suas próprias histórias e abrindo espaço ao compartilhamento.
Impressão Digital,	Almofada de carimbo com tintas coloridas, papel, lupa e o livro Desenhando com os dedos.	Use o carimbo e a tinta para registrar as impressões digitais da criança/adolescente no álbum. Depois, com a lupa peça para que ela examine as impressões digitais e perceba que nenhuma delas é igual a outra.	Permitir que a criança/adolescente entenda que é única e diferente das outras, tal qual as impressões digitais.
Jamais Esquecerei.	Papel e caneta.	Peça à criança/adolescente que relate um momento importante de sua vida. Registre, escrevendo junto com ela no álbum, o que for compartilhado.	Registrar os fatos marcantes da vida da criança/adolescente.
Medo, Medinho, Medão.	Livro Chapeuzinho Amarelo, folha sulfite, giz de cera e canetinha.	Leia a história e ao final, pergunte à criança/adolescente qual é o seu lobo (medo). Registre no álbum a resposta obtida.	Propiciar à criança/adolescente um espaço para falar e desmistificar os seus medos.
Nome.	Lápis de cor, canetinha, giz, purpurina, revista, retalho de pano e outros materiais disponíveis.	Peça à criança/adolescente que faça uma produção com o seu nome, utilizando os diversos materiais. Quando o nome estiver pronto e personalizado, convide-a a apresentá-lo, falar se	Mostrar que o nome carrega a nossa história pessoal e familiar.

		gosta do nome, se tem algum apelido...	
Pessoas da Minha Vida.	Fotografias de pessoas importantes para a criança/adolescente, cola, tesoura, fita adesiva colorida, lápis de cor, canetinha e revista.	Sugira que a criança/adolescente coloque no álbum a foto das pessoas mais importantes de sua vida, caso não tenha foto de todas, peça para que ela as desenhe.	Registrar no álbum as pessoas queridas que fazem parte da vida da criança/adolescente. Muitas vezes, essas pessoas acabam saindo do acolhimento sem deixar registros.
Pessoinha.	Folha sulfite e canetinha.	Peça para a criança/adolescente desenhar uma figura humana da cabeça aos pés. Depois, de cada parte do corpo faça sair uma reflexão. Por exemplo, da cabeça: um pensamento; da boca: uma fala.	Através da atividade, a criança/adolescente reflete sobre si mesmo.
Melhores Amigos.	Giz de cera, lápis grafite e folha sulfite.	Peça que a criança/adolescente conte sobre o seu melhor amigo e registre essas informações no álbum.	Deixar os amigos registrados no álbum, para que a criança/adolescente sempre cultive boas lembranças.
Quando eu era bebê.	Livro Como é que eu era quando era bebê?, papel, lápis e canetinha.	Leia a história e depois pergunte à criança/adolescente, como ela era quando era bebê. Registre as informações espontâneas, mas também, caso sinta necessidade, convoque os funcionários do acolhimento, ou até mesmo algum familiar para complementar essa informação.	Possibilitar o registro de uma fase da vida da criança, da qual ela não se lembra, é importante que ela sinta que tem espaço para formular questões a respeito de si e da sua história.
Quem é Quem/Família.	Folha sulfite, lápis, borracha, canetinha.	Responda junto com a criança/adolescente, questões sobre seus familiares. Por exemplo, meu irmão é filho do meu?; eu e	Aprender como se constituem as relações de parentesco.

		meus primos somos netos da minha?...	
Repórter por um dia.	Folha sulfite, canetinha ou lápis.	Vire repórter junto com a criança/adolescente. Elaborem um roteiro de perguntas que digam a respeito do próprio “entrevistador” e saiam entrevistando as outras pessoas em desenvolvimento da unidade acolhedora e os adultos com os quais convive. Escrevam as respostas no álbum.	Que a criança/adolescente tenha depoimentos de outras pessoas a seu respeito.
São tantas emoções.	Livro Mania de explicação, fotografias, tesoura, cola e canetinhas.	Peça para a criança/adolescente fazer várias expressões faciais e fotografe todas elas. Depois de reveladas, recorte-as e cole no álbum. Aproveite para conversar sobre os sentimentos esboçados nas fotos.	Possibilitar à criança/adolescente o conhecimento de suas próprias emoções.
Sonho.	Papel, canetas coloridas, purpurina, cola e envelope.	Converse com a criança/adolescente sobre os sonhos e desejos dela. Convide-a a escrever/desenhar sobre aquilo que deseja alcançar. Em seguida, coloque o que foi feito em um envelope e cole no álbum. Afirme que esse conteúdo é muito precioso, e por isso, deve ficar bem guardado.	Pensar sobre projetos de vida. É muito importante e saudável que a criança/adolescente tenha planos e queira realizá-los no futuro. O conteúdo do envelope, sempre vai lembrá-la de seu sonho.
Viagem no Tempo.		Peça à criança ou adolescente que feche os olhos e pense em como é hoje. Fale a data e o ano. Em seguida, peça que se imagine dez anos depois. Peça então que abra	Construir uma visão de futuro.

		<p>os olhos e diga que vocês estão dez anos mais velhos. Diga a data e conte um pouco sobre como você está no futuro. Em seguida, peça à criança ou adolescente que fale o que fez nesses dez anos. Após a conversa, peça-lhe para novamente fechar os olhos e lembrar como era há dez anos. Fale a data atual e deixe-a abrir os olhos e reencontrar o presente. Peça que conte como se sentiu ao se imaginar no futuro.</p>	
--	--	---	--

Dá-se tudo isso, através de instrumentos lúdicos como a leitura de livros infanto-juvenis, contação de histórias, utilização de materiais diversos como, lápis de cor, canetinhas, colas, tesouras, fotografias, glitter, tinta guache, papéis coloridos e outros (TJMS, 2019. www.tjms.jus.br/intranet/noticias/materia.php?cod=56506).

Importante frisar que, o voluntário antes de ir a campo e conhecer a pessoa em desenvolvimento com a qual irá trabalhar, deve passar por um treinamento obrigatório, oferecido pela própria Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS, assinando um termo de compromisso, com duração de doze meses com o Projeto. Segundo dados fornecidos pela CIJ – TJMS, até o ano de 2019, 242 voluntários haviam sido capacitados e contribuído com o “Minha História, Minha Vida”.

A mediação de leitura realizada pelo voluntário de referência, tem a finalidade de construir um álbum da história de vida de cada criança/adolescente. O álbum pertence à pessoa em desenvolvimento, participante do Projeto “Minha História, Minha Vida” que vai

registrar as informações sobre sua identidade, seu passado, seu presente e seus sonhos para o futuro. E independentemente de ser reintegrado à sua família de origem, ser adotado, ou ainda desligado da unidade acolhedora pela maioria, terá a posse de seu álbum em quaisquer das hipóteses.

Nos casos em que a adoção ocorra, o adotante recebe juntamente com o álbum, uma carta explicativa sobre o que consiste o Projeto, enfatizando que por mais que um novo capítulo na vida da criança/adolescente se inicie com a nova família, nas páginas do álbum ela (e) sempre poderá acessar os momentos vividos no período de abrigo e também, as informações sobre sua origem, afinal, a história prévia à adoção sempre fará parte da sua identidade (anexo A).

As unidades de acolhimento que integram o Projeto, no município de Campo Grande - MS, afirmam que o mesmo é uma importante ferramenta de auxílio para as crianças e adolescentes, o que se traduz nas palavras abaixo, da Casa Acolhedora II, em forma de depoimento para a CIJ – TJMS:

[...] o Projeto “Minha História, Minha Vida” ajuda-nos a garantir o direito de cada uma das crianças acolhidas a terem as suas histórias preservadas e registradas. Temos obtido experiências muito satisfatórias com o projeto. [...] Esta unidade de acolhimento está honrada com esta parceria, sempre foi um sonho da instituição realizar o registro das histórias com as crianças e adolescentes (anexo B).

De acordo com dados da CIJ - TJMS, até o ano de 2019, 384 pessoas em desenvolvimento, entre bebês/crianças/adolescentes já foram contemplados com o Projeto.

4.3 Consequências da pandemia Covid-19 no Projeto “MH, MV”

Com a pandemia global Covid-19, ocasionada em decorrência do corona vírus, o Projeto passou a ser suspenso no ano de 2020, uma vez que os encontros aconteciam de forma presencial. Todavia, percebendo a falta que o mesmo fazia para as

crianças/adolescentes em situação de acolhimento, em 25/11/2020 fora elaborado o “Minha História, Minha Vida *on-line*”. Esse Projeto, teria como finalidade a continuação da feitura do álbum entre o colaborador e o infante, mas por meio de encontro virtual, realizado mediante o uso de um notebook e com o auxílio de um adulto facilitador.

Assim que a CIJ – TJMS conseguiu patrocínio para a compra de um notebook, em 14 de maio de 2021, juntamente com a Casa Acolhedora I, decidiu implementar um projeto piloto, em que o “Minha História, Minha Vida” pudesse ser realizado de modo remoto. Os encontros passam a acontecer às sextas-feiras e são feitos por meio de chamada de vídeo entre o voluntário, a criança/adolescente e o psicólogo atuante no acolhimento, que assume um papel de facilitador entre o colaborador e a pessoa em desenvolvimento, auxiliando nas atividades e, conseqüentemente, na elaboração das páginas do álbum.

Por tratar-se de uma experiência, na modalidade *on-line*, o Projeto tem atendido apenas 4 crianças. As primeiras devolutivas tanto de quem realiza o voluntariado, quanto da instituição, estão sendo satisfatórias, o que poderá abrir caminho para a sua ampliação em outras casas de acolhimento, ainda nesse período pandêmico.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Investigar os impactos do Projeto “Minha História, Minha Vida” no desenvolvimento da identidade de crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional.

5.2 Objetivos Específicos

Contextualizar a institucionalização da criança/adolescente, conforme o preceituado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entender como funciona o Projeto “Minha História, Minha Vida”.

Identificar, através da percepção das entrevistadas, se/e como o Projeto “Minha História, Minha Vida” beneficia a pessoa em desenvolvimento participante.

6. MÉTODO

6.1 Caracterização do estudo

O presente estudo, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que se caracteriza como de campo exploratório. Segundo Ferreira (1996), a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados que não pode ser quantificado, ela se preocupa com valores, crenças, atitudes e aspirações, respondendo a questões muito particulares.

Já a pesquisa de cunho exploratório, geralmente envolve uma coleta de dados pautada em levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto; entrevista profissional e análise de exemplos que estimulem a compreensão (Claire Sellitz et al., 1967).

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados, foram a entrevista semiestruturada, que se reveste como principal instrumento; conversas informais e análise de documentos. Os dados coletados foram transcritos e analisados, valendo-se das técnicas análise de conteúdo, à luz de Laurence Bardin e, complementados, pela ferramenta nuvem palavras.

6.2 Local

Apresentam-se a seguir os locais/espços frequentados pela pesquisadora, a fim de coletar os dados:

- I- **Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS:** Situada à Rua Sete de Setembro, número 174, no centro de Campo Grande – MS, mais especificamente nas dependências do Centro Integrado de Justiça (CIJUS). É um órgão vinculado ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que visa a elaboração/execução de políticas públicas voltadas a crianças/adolescentes.

Por vezes, a pesquisadora se dirigiu até o local e fez uso de uma das salas que se encontrava disponível, para ter conversas informais e sanar dúvidas

com os membros da equipe, principalmente acerca do Projeto “Minha História, Minha Vida”, supervisionado por eles.

- II- **Casa Acolhedora I:** Endereço não divulgado, para a manutenção do sigilo. A entrevista com sua representante, deu-se na sala da diretoria.
- III- **Casa Acolhedora II:** Endereço não divulgado, para que o sigilo seja preservado. A entrevista com a pessoa que representou a unidade acolhedora em questão, foi realizada em uma das salas da instituição, onde não estava sendo realizada outra atividade.

6.3 Pessoas que participaram do estudo

Fizeram parte deste estudo, enquanto entrevistadas:

- Uma analista do judiciário, integrante da equipe de apoio aos projetos que trabalha na Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS, desde agosto de 2013.
- Uma diretora da Casa Acolhedora I, que trabalha há 23 anos na instituição.
- Uma coordenadora da Casa Acolhedora II, que há aproximadamente 8 anos trabalha na unidade acolhedora.
- Uma voluntária do Projeto “Minha História Minha Vida”, atuante desde 2016, tendo confeccionado o álbum com mais de 10 crianças/adolescentes.

O critério de inclusão para a voluntária participante do projeto “Minha História, Minha Vida” deu-se, precipuamente, pelo interesse da sua participação e por ter concluído o ciclo de 1 ano, para a elaboração do álbum com o infante/adolescente; e a exclusão se deu com aqueles que não esboçaram desejo em participar, ou que não se mantiveram no projeto pelo período mínimo de 1 ano. O convite e seleção dos participantes ocorreu a partir de indicações da Coordenadoria da Infância e da Juventude do estado de Mato Grosso do Sul - TJMS; a pesquisadora entrou em contato telefônico com a voluntária, via aplicativo

WhatsApp, apresentou-se como aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde da UCDB, e explanou de forma geral sobre a pesquisa, agendando posteriormente a data e o local/modo de realização da entrevista.

Já o critério de inclusão para as responsáveis das unidades acolhedoras que aderem ao projeto “Minha História, Minha Vida”, deu-se pela manifestação da vontade em participar da pesquisa; e a exclusão ocorreu com quem não se sentiu à vontade para participar.

O critério de inclusão dos servidores da Coordenadoria da Infância e da Juventude do estado de Mato Grosso do Sul - TJMS, por sua vez, ocorreu pelo desejo em contribuir com a pesquisa; e a exclusão através da negativa em participar.

6.4 Instrumentos

Os dados foram coletados com a utilização de instrumentos que integram a abordagem qualitativa, sendo eles: entrevista semiestruturada, conversas informais e análise de documentos.

Entrevista semiestruturada - O instrumento principal para a coleta de dados foi a entrevista, que pode ser definida como “[...] processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Haquette, 1997, p. 86). A modalidade de entrevista escolhida foi a semiestruturada, em que de forma prévia são estabelecidas algumas perguntas que não possuem uma alternativa de resposta, o entrevistado é livre para responder de acordo com suas próprias convicções. De acordo com Antonio Carlos Gil (2021, p. 129), esse tipo de entrevista acaba “servindo principalmente para estudos de caráter exploratório” e tem como vantagem “sua adequação às características do entrevistado”, sendo facultado ao entrevistador definir a sequência da formulação das perguntas no decorrer da entrevista.

Conversas informais - Conversas informais também foram utilizadas pela pesquisadora. Para Mendes (2008) essas conversas são “coisas ditas informalmente”, é um

verdadeiro meio de informação, pois permite esclarecimento de dúvidas, preenchimento de lacunas e ainda, estreita a vinculação e a reciprocidade entre o pesquisador e o participante.

Uma vez que a relação da pesquisadora com alguns dos participantes ocorreu de forma prévia, pela atuação enquanto voluntária do Projeto “Minha, História, Minha Vida”, as conversas informais permearam todo o processo de coleta de dados nas casas de acolhimento e na Coordenadoria da Infância e da Juventude.

Análise de documentos - Documentos correspondem a qualquer informação registrada em algum suporte, sob a forma de papéis oficiais, registros estatísticos, legislação, e até mesmo fotos, filmes, diários, etc (Gil, 2021).

Nesta pesquisa, foram analisados documentos provenientes do CNJ, que continham estatísticas do número de casas de acolhimento existentes no estado de Mato Grosso do Sul, bem como, de crianças e adolescentes que ali viviam e de suas faixas etárias. Além de documentos próprios da CIJ – TJMS, como cartilhas, revelando a quantidade de voluntários que já participaram do “Minha História, Minha Vida”, de pessoas em desenvolvimento contempladas com o Projeto e de notícias internas e exclusivas do Judiciário, divulgadas pelo veículo oficial Intranet.

6.5 Procedimentos de produção de dados

Primeira etapa: De modo prévio foram enviados ofícios (apêndices A, B e C) para a Coordenadoria da Infância e da Juventude - TJMS, e para as instituições acolhedoras I e II a fim de explicar, num primeiro momento, o teor da pesquisa. Para tanto, anexado ao ofício estava o pré-projeto, que continha todas as informações importantes acerca do proposto. Por terem sido positivas as devolutivas, a CIJ concedeu uma declaração de anuência (anexo C) e posteriormente, as respectivas unidades de acolhimento mostraram-se receptivas e forneceram termo de ciência (anexos D e E) à pesquisadora. Após os combinados, marcou-se a próxima visita para iniciar as atividades da pesquisa.

Segunda etapa: A segunda etapa consistiu na submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco, tendo sido aprovado e recebendo anuência da Coordenação sobre pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, vide o (anexo F).

Terceira etapa: Já a terceira etapa, foi caracterizada pelas visitas nas instituições parceiras com o intuito de agendar as entrevistas, ocasiões que resultaram em conversas informais de grande valia para a pesquisa.

A entrevista com a representante da Casa Acolhedora I foi realizada nas dependências da própria instituição, e contou com o auxílio de um roteiro (apêndice D). Da mesma forma aconteceu com a entrevistada representante da Casa Acolhedora II.

Por sua vez, as entrevistas realizadas com a representante da Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS e com a voluntária do Projeto “Minha História, Minha Vida”, em vista da pandemia ocasionada pelo Covid-19, foram feitas por meio de aparelho celular, através de chamadas de vídeo, na modalidade remota e *on-line*. Uma vez que o contato presencial precisou ser evitado, a coleta de dados também precisou ser reinventada, o que gerou prós e contras à pesquisadora. A maior desvantagem é a perda do contato físico direto com o entrevistado, que revela expressões faciais e corporais que, muitas vezes, passam despercebidas na tela. E o grande “pró”, é a diminuição das distâncias, a possibilidade de estar o entrevistador em uma localidade distinta do entrevistado, e ainda assim, acontecer uma entrevista; além da economia de tempo e dinheiro, conforme assevera Gil (2021, p. 130), referindo-se às entrevistas por telefone, em geral:

A maior das vantagens da realização de entrevistas por telefone está provavelmente na economia de tempo e de dinheiro. Para a realização de uma entrevista face a face o entrevistador precisa se deslocar para o local de residência ou de trabalho do entrevistado.

Embora também tenham sido utilizados roteiros (apêndices E e F), nas últimas entrevistas mencionadas, novas perguntas foram surgindo da conversação que perdeu a formalidade de entrevista e assumiu caráter de troca de informações e experiências. “Esse modo conversacional, comparado com entrevistas estruturadas, apresenta a oportunidade para interações bidirecionais, em que um participante pode até fazer perguntas ao pesquisador” (Yin, 2016, p. 120).

Importante frisar que, todas as entrevistadas tiveram acesso aos respectivos termos de consentimento livre e esclarecido (apêndices G, H e I) e, de autorização para gravação de voz (apêndice J) e assentiram a sua participação de forma escrita.

6.6 Procedimento de análise das informações

Dois procedimentos de análise de informações qualitativas foram utilizados, sejam eles a análise de conteúdo e a nuvem de palavras.

6.6.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas que analisam processos de comunicação, através de textos, documentos ou falas, e, visam à sua interpretação num grau que ultrapasse a leitura corriqueira/comum, identificando o que está intrínseco na comunicação, como as causas e consequências das mensagens (Bardin, 2016). No caso em tela, a técnica de análise de conteúdo utilizada foi a temática, que objetiva encontrar os temas mais importantes no documento utilizado (entrevistas transcritas).

À luz de Bardin (2016), a análise de conteúdo é constituída por diferentes fases, que se organizam em torno de 3 polos cronológicos: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material, 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na fase de pré-análise, que corresponde a um período de organização, a pesquisadora valeu-se do recurso leitura “flutuante”, familiarizando-se com as transcrições das entrevistas. Uma vez que o contato com o corpus já havia sido estabelecido, observou-se se o mesmo

respondia às normas de validade qualitativa, tais como, exaustividade (o corpus fala do tema da pesquisa exaustivamente?); representatividade (o texto do corpus representa o universo pesquisado?); homogeneidade (o seu roteiro de perguntas foi respondido no texto do corpus?); pertinência (o corpus conversa com os seus objetivos de pesquisa?) (Bardin, 2016).

Verificando-se que o conteúdo do corpus estava validado qualitativamente, seguiu-se a formulação das unidades de registro. Nessa etapa, a pesquisadora fez uma leitura mais minuciosa das entrevistas transcritas e passou a grifar com marcadores de texto de coloração distinta, os tópicos comuns que apareciam nas falas das 4 entrevistadas. Dessa forma, foram obtidas as seguintes unidades de registro/categorias: desenvolvimento biopsicossocial; construção da identidade; diretrizes do ECA; fonte de registro; impacto no voluntário; impacto na pessoa em desenvolvimento.

Na segunda fase, intitulada exploração do material, a pesquisadora já munida de suas unidades de registro, fez uso de um quadro, albergando recortes do texto que explicavam os temas de cada categoria, conforme observa-se abaixo:

Quadro 2 - Categoria Desenvolvimento Biopsicossocial

E1
[...] a criança fala mais [...].
E2
[...] o lado criativo da criança ele é mais trabalhado, a autoestima também [...].
E3
[...] buscar ajudar essa criatividade na criança, pra ela ver que pode fazer tal coisa [...].
[...] mas realmente você vê a diferença que acontece dessa criança, as vezes ela começa bem assim triste, com o olhar triste e quando você vê no final, ela tá sorrindo sabe, então é muito assim como desenvolve.
[...] E o adolescente também, como ele desenvolve, como confia no colaborador [...].
[...] a leitura ela informa, ela aumenta esse conhecimento, o próprio vocabulário da criança aumenta com essa leitura [...].
E4
[...] você via que isso era um processo que dava pra notar muita diferença na escrita, no colorir [...].
[...] no fim sabe, tá colorindo tudo direitinho.
[...] em termos de motricidade, escrita, conhecimento melhora [...]

Quadro 3 - Categoria Construção da Identidade

E1
[...] a criança que participa ela descobre que ela teve uma história, que aquela vida que ela teve é uma coisa que merece atenção e ser contada [...].
[...] a partir do momento que ela descobre que é interessante contar a vidinha dela, ela se sente importante sabia?
[...] aí ela fala: “Nossa eu existo, eu sou gente, eu to aqui, eu tenho uma história”. Individualiza.
E2
[...] trabalha o resgate da história da criança, então é um tempo em que a criança se sente com aquela atenção individualizada [...].
E3
[...] tudo o que a gente passou é importante, a gente aprende com nossas histórias, a amar/gostar das nossas histórias, é assim com a criança.
[...] a gente nunca nega a história da criança.
[...] faz parte deles, é a vida deles, então você vê a importância desse projeto.
E4
[...] quando eles tinham essa confusão e você mostrava na certidão, fulana é sua mãe, fulano é seu pai, eles ficavam encantados com aquilo.
[...] gostavam de folhear principalmente na parte da certidão, os que sabiam ler gostavam de ler o nome do pai e da mãe [...].
[...] pra aquele álbum ali ficar identificado com ela, com o que ela gosta.
[...] eu acho que essa identidade deles, eles podem ver enquanto tão fazendo o álbum [...].
[...] essa questão de o que você quer ser quando crescer, o que você gosta, qual o seu sonho [...].
[...] a criança se sente exclusiva, ela se sente importante [...].

Quadro 4 - Categoria Diretrizes do ECA

E1
[...]. Individualiza.
E2
[...] “poxa eu tenho uma pessoa que vai sentar comigo, que vai me contar uma história, que vai me ouvir, que vai transcrever” [...].
[...] esse momento individualizado do álbum, também contribui pra essa questão do pessoal.
E3
[...] elas sabem que o colaborador está ali pra ela, atento a ela, tá ali independente de como ela está, então assim, isso é super importante, essa atenção, essa escuta [...].
E4
[...]. Porque mesmo que fosse uma hora, um dia na semana, elas aguardavam sabia, o dia do Projeto [...] então eles tinham uma importância na vida deles.
[...] naquele momento você tava dando atenção pra aquele ali, era tudo voltado pra ele, a gente faz a vontade deles [...].
[...] embora no abrigo ela tenha muitas coisas, ela não tem isso, porque a cuidadora não tá cuidando só dela, não tá dando atenção só pra ela. Então essa atenção exclusiva, já é um ponto positivo né.

Quadro 5 - Categoria Fonte de Registro

E1
[...] é através de foto, através de um desenho né, que a criança expressa a vida, lembra de fatos [...].
[...]. Consegue registrar sim, de uma forma ou de outra, em fotografia ou em desenho, por aí.
[...] é um documento que eles têm né, afinal registrou coisas da vida ali que né, nem a criança tinha.
[...] aquele álbum é um documento, uma coisa pra se mostrar [...].
[...] a criança fala: “Eu que fiz, é uma coisa minha” [...].
E2
[...] verem as fotos depois, e o álbum assim com as páginas concluídas né, pra eles é bem bacana.
[...] contribui para que seja preservada a história da criança, pra que nesse período de acolhimento não se perca [...].
[...] é algo impresso e que a criança/adolescente ele pode ter acesso ao momento que ele quiser pra ver, pra mostrar pras pessoas, as vezes algum parente que vem visitar [...].
[...] sempre há o registro no álbum sim, da história da criança, dentro daquilo que pode ser registrado.
E3
[...] registro da história dela em um álbum, com fotos e através das histórias [...].
E4
[...] explicando o que era o álbum, a importância pra você olhar mais tarde e veja que foi assim [...].
[...] isso daqui é pra você levar pra você, pra lembrar da sua vida e de todo mundo [...].
[...] o álbum ajuda muito nesse ponto, da criança ter um objeto palpável ali [...].
[...] lá no futuro ele olhar e falar desse período “olha a tia tal, as cuidadoras”, as que passaram por eles, a escola que eles estudaram, os amigos [...].
[...] o álbum ele tá ligado ao futuro, então assim, de uma certa maneira você também projeta né, o que você tá vivendo agora e o que você vai viver no futuro [...].
[...] importante no futuro, pra você recordar daquilo.

Quadro 6 - Categoria Impacto no Voluntário

E3
[...] compromisso, responsabilidade, paciência, porque precisa ter paciência né [...].
[...]. Isso vai fazer toda a diferença, principalmente na vida da criança, mas na nossa também faz.
[...]. Sensibilidade de entender o momento [...].
[...] vínculo tanto o colaborador com a criança, como a criança com o colaborador [...].
[...] o que a gente recebe é muito maior do que isso né, na medida em que eu doo eu também recebo né, então é incalculável né.
E4

[...] eu acho que fiz a diferença na vida dela [...].
[...] aproveitava o momento do álbum pra incentivar as crianças [...].
[...] você cria vínculo a partir do momento que entra no mundo da criança [...].
[...] não sei também se o Projeto faz mais bem pra eles do que faz pra gente, porque a gente também fica mais humana.

Quadro 7 - Categoria Impacto na Pessoa em Desenvolvimento

E1
[...] ele fica feliz de participar, que ele se sente importante [...].
[...] Tem orgulho do álbum, quer mostrar pra todo mundo né.
[...] a criança fica mais solta [...].
E2
[...] Entusiasmo, expectativa né [...].
[...] elas contam os dias e sabem que aquele dia, ela tem álbum [...].
[...] elas ficam na expectativa de receber o colaborador dela sim.
Muito carinho pelo álbum, eles têm orgulho de mostrar também.
E3
[...] a criança também reflete com a gente.
[...] ele tem falado tanto desse álbum, e o aniversário dele é segunda-feira, gente se chegar nesse tempo vai ser o grande presente dele, porque ele não para de falar desse álbum. Marcou entendeu, marcou.
[...] ela ficava arrastando esse álbum pra cima e pra baixo [...].
E4
[...] eu vi que ela se sentiu à vontade [...].
[...] ficou mais solta [...].
[...] tentava pegar essa parte da vida deles, também da escola, pra por no álbum.
[...] mais calmos [...].
[...] as vezes eu perguntava pras meninas (cuidadoras) “e ai, tá melhor?”, e elas respondiam: “nossa, tá bem melhor”.
[...] entra a questão da autoestima [...].
[...] você quer ver se aquela mudança que teve ali, se ela vai continuar.

Ainda nessa fase, a fim de complementar e ilustrar melhor o que mais foi dito dentro de cada categoria, utilizou-se a ferramenta nuvem de palavras, que será apresentada no subtópico seguinte.

A terceira e última fase da análise de conteúdo, chamada de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, possibilita o tratamento dos resultados brutos de maneira a serem significativos (Bardin, 2016). As informações da análise são processadas e passam a dialogar com o referencial teórico da pesquisa, conforme será demonstrado nos resultados e discussão.

6.6.2 Nuvem de palavras

A nuvem de palavras é uma ferramenta que demonstra por meio de imagem, a relevância com que palavras aparecem dentro de um texto. Segundo Silva (2013) “Em uma visualização do tipo, cada palavra tem seu tamanho regido pela relevância em determinado corpus de texto. Geralmente se trata de contagem simples das ocorrências de determinada palavra no texto”.

Para que a nuvem fosse gerada, a pesquisadora fez uso do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), desenvolvido por Pierre Ratinaud no ano de 2009. A partir de 2013, passou a ser utilizado no Brasil e por ser gratuito, ganhou certa popularidade. Esse software “permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras” (Camargo & Justo, 2013, p. 513), dentre essas análises, encontram-se: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras. Em pesquisas que possuem dados provenientes de materiais textuais, como no presente caso, a aplicação do IRAMUTEQ pode ser de grande valia.

Nesse sentido, a nuvem de palavras foi utilizada em dois momentos distintos para ilustrar as palavras mais relevantes que apareceram nas falas das quatro entrevistadas, isto é, na análise de conteúdo, como anteriormente citado e, também, nos resultados e discussão. Seguem abaixo, as nuvens que demonstram o que mais foi dito nas transcrições das entrevistas, dentro das categorias identificadas, que correspondem à segunda fase, denominada exploração do material, da técnica qualitativa análise de conteúdo.

Categoria Desenvolvimento Biopsicossocial

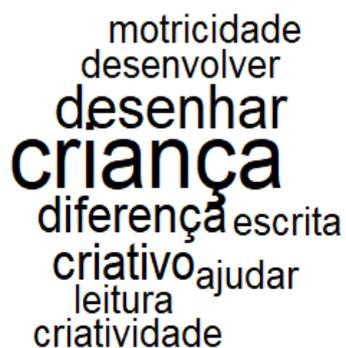


Figura 5 – Nuvem de Palavras Desenvolvimento Biopsicossocial

Categoria Construção da Identidade



Figura 6 – Nuvem de Palavras Construção da Identidade

Categoria Fonte de Registro



Figura 7 – Nuvem de Palavras Fonte de Registro

Categoria Diretrizes do ECA



Figura 8 – Nuvem de Palavras Diretrizes do ECA

Categoria Impacto no Voluntário

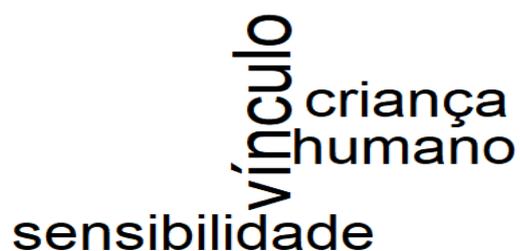


Figura 9 – Nuvem de Palavras Impacto no Voluntário

Categoria Impacto na Pessoa em Desenvolvimento



Figura 10- Nuvem de Palavras Impacto na Pessoa em Desenvolvimento

6.7 Cuidados éticos

A pesquisa seguiu as diretrizes da Resolução número 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, no que concerne à ética na pesquisa com seres humanos. “Espera-se dos pesquisadores que seu comportamento seja pautado por princípios éticos. É

graças à observância desses princípios que se procura evitar que as ações desenvolvidas na pesquisa não sejam danosas para os seres humanos que delas participam” (Gil, 2021, p. 33).

Inicialmente, fora estabelecido o contato da pesquisadora com a Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS e com as Casas Acolhedoras I e II, apresentando a proposta da pesquisa, uma vez que se mostraram favoráveis e receptivas, procedeu-se a assinatura da Declaração de Anuência da CIJ (anexo C) e os termos de ciência das respectivas unidades de acolhimento (anexos D e E).

Diante da aprovação do comitê de ética em pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco, protocolo número CAAE 30408720.4.0000.5162 (anexo G), iniciou-se a coleta de dados.

“Uma das principais exigências dos comitês para a aprovação dos projetos é a exigência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que precisa descrever minuciosamente os potenciais riscos a que estão sujeitas as pessoas que participam da pesquisa” (Gil, 2021, p. 37), e assim foi feito. Para as entrevistas com as representantes das instituições de acolhimento foi lido e discutido o TCLE (apêndice H), bem como o termo de autorização para gravação de voz (apêndice J). Com a entrevistada representante da CIJ, o mesmo se deu com o TCLE (apêndice G) e termo de autorização para gravação de voz (apêndice J). E, com a voluntária que integrou o Projeto Minha História, Minha Vida o TCLE apresentado e discutido se reveste no (apêndice I) e seu termo de autorização para gravação de voz no (apêndice J).

Ainda foram observados os direitos à confiabilidade e ao anonimato, valendo-se para tal do uso de siglas que não permitem a identificação das participantes. Para a representante da Casa Acolhedora I, deu-se a sigla E1 (entrevistada 1); a representante da Casa Acolhedora II recebeu a sigla E2 (entrevistada 2). Já a pessoa delegada pela CIJ fora identificada pela sigla E3 (entrevistada 3); e para a voluntária, utilizou-se E4 (entrevistada 4).

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Antonio da Costa Ciampa, primeiramente tentamos nos identificar por uma série de construtores que nem sempre são suficientes para nos singularizar. Ao analisar a estória de Severino, personagem do poema de João Cabral de Melo Neto (anexo H), Ciampa revela que nem mesmo o nome, sobrenome, filiação, localização ou profissão, individualizaram Severino. “Nada o distingue, nada o singulariza: nem seu nome, nem seus pais, nem o passado, nem o corpo, nem o lugar onde vive, nem a vida, nem a morte o individualizam. Sua identidade transcende sua individualidade” (2005, p. 24).

Uma vez que se sentia um ser sem importância, sem identidade, seus projetos para o futuro eram minados à medida em que tudo ao seu redor falava de desesperança e estigma, ou seja, morte ao invés de vida, simplesmente reproduzindo a visão social cristalizada, contextualizada pela forma de produção capitalista “nada, ninguém, só seu desejo falava de vida” (Ciampa, 2005, p. 32).

Somente a partir da percepção da concretização das relações sociais de amizade, vizinhança, compadrio e solidariedade é que a perspectiva de Severino se transforma, reconhecendo-se com vida e identidade humana, simbolizando a metamorfose da construção identitária singular, no contexto social, ainda que de forma mecanicista e intuitiva.

Nesse sentido, o Projeto “Minha História, Minha Vida” vem ao encontro não só dos construtores identitários mencionados por Ciampa, isto é, as informações sobre a sua identidade (quem sou? Quando nasci? Quem são meus pais?, etc), constitutivos de dados estatísticos, mas principalmente da sua história de vida, das relações comunitárias e sociais, e, inclusive da sua singularidade dentro do contexto do abrigo, registrando informações sobre passado, presente e aspirações para o futuro, trabalhando de forma lúdica a noção de que somos ao mesmo tempo autores e personagens da nossa singularidade, influenciados e influenciadores da sociedade, e que estamos em constante processo de transformação e metamorfose pessoal.

Evidentemente, as faixas etárias são determinantes para o desenrolar dessas ações, eis que a percepção de si mesmo e do mundo difere em razão da própria cronologia da criança para o adolescente. “[...] acho que pra cada idade o álbum impacta de uma forma né, e sempre pra melhor, claro!” (E4).

Assim, através da feitura do álbum, objetiva-se internalizar o caráter permanente de transformação da sua identidade humana, decorrente das mudanças de fases da vida e também de fatores externos.

7.1 Construção da Identidade

Nesse norte, o registro da sua história de vida contribui decisivamente para que a pessoa em desenvolvimento se reconheça através de seus dados estatísticos, mas também por seus anseios, aspirações, possibilidades e concretizações.

Em se falando de dados estatísticos, o nome (prenome) revela-se como de grande importância, na proporção em que é o primeiro indicador de nossa singularidade “nós nos identificamos com nosso nome, que nos identifica num conjunto de outros seres, que indica nossa singularidade: nosso nome próprio” (Ciampa, 1985, p. 63). O patronímico familiar (sobrenome), por sua vez, é o indicativo de igualdade, pois acaba determinando que os membros de uma família são iguais entre si.

“O J. P. como te falei, não tinha muita noção do que era pai e mãe, na árvore genealógica ele não sabia falar quem eram os pais. [...] quando olhava a certidão, seu pai é o fulano, sua mãe é essa. Tinha criança que não tinha o nome do pai, mas foram poucas. [...] eles ficavam encantados com a certidão, quando eles tinham essa confusão e você mostrava na certidão, fulana é sua mãe, fulano é seu pai. Eles ficavam encantados com aquilo!” (E4).

Quando a criança/adolescente, pelos motivos já mencionados, encontra-se em acolhimento institucional e, portanto, extrafamiliar, a identificação da igualdade não se perde,

pois depara-se num grupo, em que as circunstancias convergem para a igualdade. Já não se tem mais um mesmo sobrenome, mas sim uma mesma situação. “O conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc” (Ciampa, 1985, p. 64).

É certo que a construção da identidade ocorre mediante as relações estabelecidas entre o grupo e o meio onde vivem, numa interação que exprime o agir. “Somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática” (Ciampa, 1985, p. 64).

Portanto, a nossa história é de vital importância para sabermos quem somos, ultrapassando a ideia de simples dado estatístico. Nesse viés, ao passo em que o álbum é trabalhado com a pessoa em desenvolvimento, ela passa a se reconhecer dentro de sua própria história de vida, como sujeito singular.

“A criança que participa ela descobre que ela teve uma história, que aquela vida que ela teve é uma coisa que merece atenção e ser contada [...] a partir do momento que ela descobre que é interessante contar a vidinha dela, ela se sente importante, sabia? Engraçado, aí ela fala: Nossa eu existo, eu sou gente, eu tô aqui, eu tenho uma história. Individualiza” (E1).

“[...] contribui para que seja preservada a história da criança, para que esse período de acolhimento não se perca e até também seja resgatada muita coisa da vida deles né, e anterior também ao acolhimento [...] é uma nova fase que eles estão vivendo” (E2).

Assim a medida em que individualiza, também socializa, conscientizando-o da sua existência enquanto indivíduo, com uma história pessoal inserida num contexto de acolhimento institucional, onde não raras vezes, tudo se confunde na coletividade, permitindo a reposição de sua identidade enquanto dado posto, mas também a construção de uma nova, a partir das condições objetivas que encontrar em seu caminho, metamorfoseando-se.

A metamorfose, segundo Ciampa (2005, p. 119) “é a expressão da vida [...] é um processo inexorável, tenhamos ou não consciência dele”.

“Todos nós tivemos pontos na nossa história que a gente não gostou, que não foi legal, nós somos seres humanos, com momentos bons e ruins, mas é lógico que nós vamos elaborando, as vezes precisamos de ajuda, de terapia pra elaborar algumas coisas da nossa vida que elaboramos e seguimos em frete, mas sem negar a nossa história. Tudo o que a gente passou é importante, a gente aprende com nossas histórias a amar, gostar das nossas histórias, é assim com a criança [...] é trabalhado temas universais e é tudo ali né, quem é, quem eu sou, então isso vai ajudando nessa construção dessa identidade, você vai ajudando ele a elaborar a história dele, é o resgate da história, e, também, pra elaborar a transformação da história dele, pra uma nova história de desejos, de sonhos” (E3).

A descoberta que o participante do Projeto faz de si mesmo, abre portas para que outras percepções e transformações ocorram, descortinando infinitas possibilidades, que repercutem positivamente no seu desenvolvimento integral.

7.2 Desenvolvimento Biopsicossocial

Ao produzirem seus álbuns, é observada uma real mudança cognitiva e comportamental dos participantes que, mostram-se mais seguros nos relatos de suas histórias.

“[...] era um processo que dava pra notar muita diferença, na escrita, no colorir. Isso tinha vezes que eu falava: ‘Meu Deus do céu, que rabisco’, porque não era criança de 3 ou 4 anos não, era de 6 pra cima e no fim, sabe, tá colorindo tudo direitinho. Então é uma coisa bem nítida também [...] em termos de motricidade, escrita, conhecimento, melhora” (E4).

“[...] a leitura ela informa, ela aumenta esse conhecimento, o próprio vocabulário da criança aumenta com essa leitura” (E3)

“[...] em todo esse tempo nós temos ouvido relatos maravilhosos, de mudança mesmo, da diferença de quando começa o projeto pra quando tá terminando, a diferença da criança sabe [...] realmente você vê a diferença que acontece dessa criança, as vezes ela começa bem assim triste, com o olhar triste e quando você vê no final, ela tá sorrindo sabe, então é muito assim como desenvolve. E o adolescente também, como ele desenvolve! Como confia no colaborador! (E3).

“[...] entre o começo e o fim, a relação dele comigo tinha muita diferença, e lá também, porque as meninas (cuidadoras) também me falavam. Às vezes eu perguntava ‘E ai, tá melhor?’ e elas respondiam ‘Tá bem melhor’”. (E4)

Além da segurança, tornam-se também mais criativos, desenvolvendo uma autoimagem confiante.

“[...] buscar ajudar essa criatividade na criança, pra ela ver que pode fazer tal coisa, posso fazer mais, posso fazer assim [...] além de criativa ela tava elaborando alguma coisa ali, entendeu, porque aquilo pra ela era importante não jogar no lixo e colocar no álbum, é uma reconstrução, uma elaboração que ela estava fazendo ali naquele momento” (E3).

“A criança fica mais solta, fala mais” (E1).

“O lado criativo da criança é mais trabalhado, a autoestima também” (E2).

“Essa questão de fotos, de gostar... nossa quando elas tiravam foto delas (em grupo), ou sozinhas, elas queriam mostrar pros outros “olha a minha foto” [...] eles queriam mostrar como estavam bonitos na foto”. (E4)

Assim, enquanto as crianças/adolescentes constroem o seu álbum, ganham a consciência, ainda que intuitiva das mudanças e transformações ocorridas em sua história de vida, internalizando-as, possibilitando-lhes serem outros, ainda que os mesmos de antes.

7.3 Diretrizes do ECA

O atendimento realizado pelo projeto é individualizado, promovendo a criação de vínculos de confiança e afetividade entre os participantes.

“[...] a criança já fica contando os dias, querendo saber que dia que vai novamente continuar o trabalho” (E1).

A entrevistada 2 ainda afirma que a criança/adolescente apresenta “entusiasmo, expectativa [...] ficam na expectativa de receber o colaborador dela”.

“[...] mesmo que fosse 1 hora, um dia na semana, elas aguardavam, sabia, o dia do projeto. ‘Tia hoje é o dia do projeto?’ Então eles tinham uma importância na vida deles, ‘nesse momento, ela tá comigo’”. (E4)

Os encontros para a confecção do álbum, são particularizados entre a criança/adolescente e o voluntário, podendo eventualmente contribuir na atenuação de uma possível crise identitária advinda da massificação existente na grande maioria das casas acolhedoras.

“[...] a criança se sente amada, porque ela tem alguém ali só pra ela, embora no abrigo ela tenha muitas coisas, ela não tem isso, porque a cuidadora não tá cuidando só dela, não tá dando atenção só pra ela. Então essa atenção exclusiva, já é um ponto positivo”. (E4)

Desta forma, contribui na concretização do preceituado no ECA, com relação ao atendimento personalizado em detrimento do coletivizado, oportunizando a consciência de sua própria singularidade inserida num contexto comunitário, onde a convivência reflete-se na percepção e construção de si mesmo enquanto indivíduo e ser coletivo.

“Elas sabem que o colaborador está ali pra ela, atento a ela, tá ali independente de como ela está, então assim, isso é super importante, essa atenção essa escuta que a gente tem, esse vínculo que a gente faz” (E3).

“Tá chateado, tá triste, não quer fazer a atividade e ai é preciso a paciência, a compreensão do colaborador desse momento que essa criança estar passando e estar ali com ela. Ah você não quer fazer, mas eu vou ficar aqui com você. Propõe uma outra atividade, ou uma brincadeira e se mesmo assim não quiser, ficar ali com ela. Isso vai fazer toda a diferença, principalmente na vida ali da criança” (E3).

Como visto, o Projeto está em perfeita consonância e sintonia com o ECA, pois tem como premissa, o atendimento individualizado à pessoa em desenvolvimento.

7.4 Fonte de Registro

Segundo o relato das entrevistadas, dentre as atividades propostas pelo projeto, a de registro por meio de fotos é a mais atrativa: “Uma coisa que eles gostavam e isso eu posso te falar que eram praticamente todos, era a parte que colocava fotos com os amigos do abrigo, isso eles gostavam sim” (E4).

“[...] eles gostam de se ver nas fotos, então como não é só uma foto digital, que a gente vive nessa era digital, é algo impresso e que a criança/adolescente ele pode ter acesso ao momento que ele quiser pra ver, pra mostrar pras pessoas, as vezes pra algum parente que vem visitar, ou pra algum outro voluntário, então a gente vê assim que é algo positivo” (E2).

“[...] é através de foto, através de um desenho né, que a criança expressa a vida, lembra de fatos, lembra enfim das coisas da vida né, então é interessante” (E1).

Por conseguinte, importa ressaltar o apreço que a criança/adolescente demonstra em relação à sua história de vida, concretizada no álbum, que se trona um verdadeiro documento de identidade, cujas memórias podem ser evocadas a qualquer tempo, reforçando a sua identidade.

“[...] é um documento que eles têm né, afinal registrou coisas da vida ali que né, nem a criança tinha... entendia que aquilo lá era importante. Então a partir do momento que

ela tem essa percepção, aí ela fica faceira, aquele álbum é um documento, é uma coisa para se mostrar [...] a criança fala: ‘eu que fiz, é uma coisa minha’” (E1).

“Tem orgulho do álbum, quer mostrar pra todo mundo né” (E1).

“Muito carinho pelo álbum, eles têm orgulho de mostrar também” (E2).

Registra-se ainda que esse “documento de identidade”, permanece importante para além dos muros da instituição, possibilitando também à família o resgate da história de vida prévia da criança/adolescente que está sob sua responsabilidade, o que se revela pelos quatro relatos da entrevistada 3, quando noticia que em várias situações de adoções, os adotantes mencionaram o álbum como relevante.

I - “[...] teve pai, assim que chegava a lacrimejar os olhos, pensa, ‘nossa mas tem desde pequenininho’ e agradeciam muito, muito, você via de muitos a emoção de receber aquele álbum”.

II- “Teve um também que foi pra São Paulo, que já era criança né, uma com 7/8 ano outro com 6, irmãos né, e um deles a gente ligou para mandar o álbum né, que ficou aqui, as vezes é tão rápida a coisa que a gente não vai, tava com o álbum aqui, ligamos pro lugar né, e ai a mãe ficou toda feliz ‘nossa mas ele tem falado tanto desse álbum, o aniversário dele é segunda-feira, gente se chegar nesse tempo vai ser o grande presente dele, porque ele não para de falar desse álbum’”.

III- “Um pai tava folheando o álbum e ele soube que aquela criança realmente era dele, entendeu, pelo álbum [...] ele falou: ‘Não! É meu filho!’ [...] folheando que ele teve essa certeza no coração dele”.

IV- “Teve um caso também de uma criança que foi adotada, e a mãe falou pra mim que ela ‘ficava arrastando esse álbum pra cima e pra baixo’, porque faz parte deles, é a vida deles, então você vê a importância desse projeto”.

No mesmo sentido, a entrevistada (4) positiva:

“O objetivo do álbum é maravilhoso, em termos de bebê então... Imagina então pras pessoas que adotam bebê e podem ver as fotos do filho, ‘olha como ele chegou, como ele nasceu’, isso faz toda a diferença!

O registro favorece o conhecimento das várias fases do “eu”, garantindo que as memórias sejam reavivadas ao longo de sua vida, reforçando, conseqüentemente, a sua identidade.

7.5 Impacto no Voluntário

Na confecção do álbum, existe um relacionamento de conquista e confiança, transformador da realidade não só da criança/adolescente, como também do voluntário, o que se verifica nas seguintes falas: “[...] não sei também se o projeto faz mais bem pra eles do que faz pra gente, porque a gente também fica mais humana” (E4).

“[...] eu sempre falo que, o que a gente recebe é muito maior do que isso né, na medida que eu doo eu também recebo né, então é incalculável né” (E3).

Nítido, portanto, que o Projeto é uma ferramenta que transmuta indivíduos em humanos mais sensíveis e empáticos, metamorfoseando os envolvidos na sua realização.

7.6 Impacto na Pessoa em Desenvolvimento

A significância e o alcance do “Minha História, Minha Vida” são amplos e positivos, sob vários aspectos: compreensão da singularidade e construção da identidade do indivíduo; a inserção e a interação nos grupos sociais; as transformações cognitivas e comportamentais; a importância do atendimento individualizado; o registro de memórias, anseios e perspectivas para o futuro, que enlaçam o participante do Projeto e sua família, seja ela biológica ou adotiva.

Ainda refletindo os impactos e a importância do Projeto, para a criança/adolescente, destaca-se que durante as entrevistas, realizou-se uma pergunta em comum a todas as

participantes, sendo ela: Quais as suas impressões pessoais acerca do Projeto “Minha História, Minha Vida”?

Para a entrevistada 1: “Ele é excelente, é ótimo né, desde o começo foi uma grande ajuda, nossas crianças agora são outras crianças”.

Já a entrevistada 2 afirma:

“A minha impressão é muito boa acerca do Projeto, porque ele trabalha o resgate né, da história da criança/adolescente, então é um tempo em que a criança ela se sente com aquela atenção individualizada [...] Então eu acho que contribui para que seja preservada a história da criança, pra que nesse período de acolhimento não se perca e até também, seja resgatada muita coisa na vida deles né, e anterior também ao acolhimento. Então, como é uma nova fase que eles estão vivendo né, e a gente aqui trabalha muito com ele a questão da autoestima e tudo mais, a gente vê que isso só têm a acrescentar, eles se sentem muito felizes fazendo o álbum.

A entrevistada 3, diz acreditar que o projeto seja um instrumento de fortificação da identidade das crianças/adolescentes:

“Porque você vê, é trabalhado temas universais e é tudo ali né, quem é, quem eu sou, então isso vai ajudando nessa construção dessa identidade, você vai ajudando ele a elaborar a história dele, é o resgate da história e também pra elaborar a transformação da história dele, pra uma nova história de desejos, de sonhos, propiciando isso a essa criança/adolescente porque muitas vezes ele tá naquela convivência com o outro, nem sempre dá pra satisfazer o desejo de um e de outro né, então ali ‘ah o que você gosta?’ [...] ali ele pode pôr o que ele gosta e que não tem problema ele gostar de uma coisa e o outro de outra [...] há várias vertentes aí que ajudam no desenvolvimento dessa criança e com certeza, a identidade é uma delas.

Finalizando, a entrevistada 4 conclui:

“Eu acho muito positivo, é uma pena que são tão pouquíssimas pessoas que podem fazer o projeto, sabe, porque tem vários motivos, primeiro, a criança se sente amada porque ela tem alguém ali, só pra ela [...] essa atenção exclusiva já é um ponto positivo né. [...] Ela poder olhar pro futuro, mesmo que ela tenha um passado bem né... (hesitação) porque o álbum ele tá ligado ao futuro, então assim, de uma certa maneira, você também projeta né, o que você tá vivendo agora e o que você vai viver no futuro, sabe, e também tem as atividades o que você sonha, o que você gostaria de fazer [...] Por isso que eu falo, é uma pena que não tem muita gente pra fazer com todas as crianças/adolescentes, porque se todas as crianças passassem pelo álbum, tivessem essa oportunidade, caramba!!! [...] Então o projeto é muito bom, ele tinha que ser mais divulgado e quanto mais crianças/adolescentes pudessem participar, melhor!

Diante do acima transcrito, indubitavelmente torna-se que a percepção das entrevistadas acerca do Projeto “Minha História, Minha Vida” é de efetiva contribuição na construção da identidade da pessoa em desenvolvimento, impactando-os benéficamente, enfatizando ainda a necessidade de uma maior divulgação do mesmo, para que mais crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional, possam participar.

Para melhor ilustrar o resultado da análise sobre a indagação comum a todas as entrevistadas, utilizou-se o software Iramuteq, que gerou a nuvem de palavras abaixo, destacando as que mais foram citadas nas respostas à pergunta:

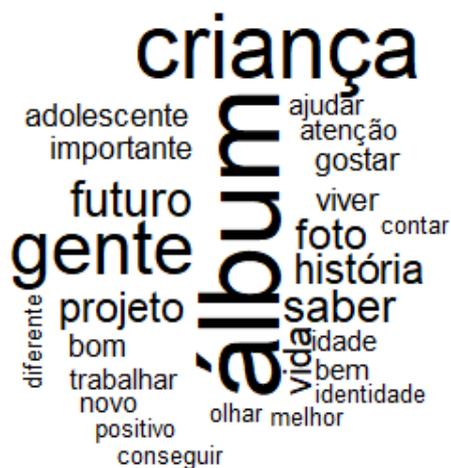


Figura 11 - Nuvem de Palavras Impressões das Entrevistadas

Assim, em contrapartida a mencionada estória de Severino, podemos dizer que o **álbum**, a partir do **Projeto** é uma ferramenta **importante**, pois impacta positivamente a **criança/adolescente**, fazendo-a **olhar** para a própria **história** de **vida** e **trabalhar** sua **identidade**, através do conhecimento de si mesmo, antes e durante o abrigo, demonstrando que a sua **história** vai se alternando, abrindo-lhes várias possibilidades para os capítulos que se seguirão no **futuro**. Afinal, “como ser histórico, como ser social, o homem é um horizonte de possibilidades” (Ciampa, 2005, p. 207).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa, evidenciou-se de forma inequívoca, a efetividade que o Projeto “Minha História, Minha Vida” promove aos participantes (crianças/adolescentes), nos aspectos do seu desenvolvimento biopsicossocial, com reflexos positivos na motricidade, criatividade, autoimagem e na interação com o grupo (amigos, cuidadoras, professoras, família e comunidade), que influenciam na apropriação e construção de sua identidade, permitindo seu reconhecimento singular inserido e participante do contexto social.

Os encontros semanais, com duração de uma hora voltados à confecção do álbum, acabam por viabilizar, ainda que minimamente, o que se encontra preceituado no Estatuto da Criança e do Adolescente, acerca do atendimento individualizado e personalizado, mostrando-se ferramenta útil para que a pessoa em desenvolvimento se sinta valorizada, com o estabelecimento dos vínculos de confiança e amizade, que reforçam a sua autoestima e a impactam eficazmente.

É certo que, em decorrência da pandemia Covid-19, o Projeto também sofreu limitações, eis que, durante o ano de 2020 ficou suspenso, retornando às suas atividades apenas em maio de 2021, mas com reformulações. As visitas semanais foram adaptadas para a modalidade *on-line*, o que restringiu ainda mais seu alcance, pois, nem todas as casas acolhedoras estão equipadas com aparelhos eletrônicos que permitam sua continuidade de modo remoto.

É de suma importância que os empecilhos ao desenvolvimento e ao avanço do “Minha História, Minha Vida” sejam superados, possibilitando a confecção do álbum em larga escala, haja vista, se constituir numa fonte de registros e informações significativos para a criança/adolescente, enquanto verdadeiro “documento de identidade” no presente, com o resgate de suas memórias passadas e com a projeção de seus anseios e sonhos para o futuro, ampliando seus horizontes para o devir.

Também para a família, sendo ela de origem ou adotiva, o álbum se mostra relevante, pois poderá evocar as vivências ali materializadas, preenchendo lacunas que de outra forma, ficariam desconhecidas, eis que sem memória, o sujeito esvazia-se.

Durante a realização da pesquisa, veio à tona ainda o impacto que a feitura do álbum produz no voluntário, tornando-o mais humano e sensível à realidade social, vivenciando um novo personagem, decorrente de sua escolha ao voluntariado.

Exsurge-se que, as percepções das entrevistadas, indicam que os objetivos do Projeto vêm sendo concretizados de forma eficiente, propiciando ao infante e ao adolescente o conhecimento mais amplo de si mesmo, de sua história de vida, resultando no apoderamento de sua identidade e pertença social.

Diante das constatações acima, imprescindível uma maior visibilidade social do Projeto, com ampla divulgação, a fim de que o mesmo se expanda para todas as instituições acolhedoras em território nacional, permitindo às pessoas em desenvolvimento o acesso a essa valiosa ferramenta de construção identitária, viabilizando ainda, o engajamento e participação de novos voluntários, para que o público infante-juvenil, em acolhimento, seja contemplado com a confecção do seu próprio álbum, tornando-os conscientes da sua própria humanidade em transformação.

REFERÊNCIAS

- American Psychological Association. (2015). <https://www.apa.org/support/about-apa>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Almedina Brasil.
- Bauman, Z. (2008). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Zahar.
- Bittencourt, S. (2010). *A revolução do afeto*. Santuário.
- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. de L. T. (2002). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. Saraiva.
- Brandão, C. R. (1986). *Identidade e etnia*. Brasiliense.
- Brigido, V. C., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21 (2), 513-518.
- Cadastro Nacional de Adoção [CNA]. (2020). *Relatórios estatísticos*. <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>
- Cadastro Nacional de Justiça [CNJ]. (2020). *Estatísticas*. <https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp?foco=opcao>
- Candau, J. (2019). *Memória e identidade*. Contexto.
- Chiva, I. (1990). *Le patrimoine ethnologique de la France*. Symposium.
- Ciampa, A. da C., & Costa, M. R. da. (1985). *Teoria e pesquisa: série cadernos de identidade*. A. Z. Bassit (Org.). Cadernos PUC/SP.
- Ciampa, A. da C. (2005). *A estória de Severino e a história da Severina*. Brasiliense.
- Codo, W. (1985). Relações de trabalho e transformação social. In S. Lane (Org.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (p. 140). Brasiliense.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm
- Coordenadoria da Infância e da Juventude. (2017). *Cartilha sobre o Projeto “Minha História, Minha Vida”*.
- Dias, M. B. (2015). *Manual de Direito das Famílias* (Ed. 10). Revista dos Tribunais.

- Ferreira, A. B. H. (1986). Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Ed. 2). Nova Fronteira.
- Fiorelli, J. O., & Mangini, R. C. R. (2018). Psicologia Jurídica. Atlas.
- Gergen, K. J. (2008). A psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 475-483. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300018>
- Gil, A. C. (2019). Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas.
- Gil, A. C. (2021). Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas.
- Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. (2019). *Acolhimento de crianças e adolescentes é destaque em curso promovido pela Sedhast*. <http://www.ms.gov.br/acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-e-destaque-em-curso-promovido-pela-sedhast/>
- Haguette, T. M. (1997). Metodologias qualitativas na sociologia. Vozes.
- Instituto Fazendo História. (2020).
<https://www.fazendohistoria.org.br/paginas-do-album>
<https://www.fazendohistoria.org.br/o-instituto-flh>
<https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56bcc5567da24f4faa269479/1455211873350/guiafmh.pdf>
- Kreuz, S. L. (2012). Direito à convivência familiar da criança e do adolescente. Juruá.
- Lane, S. T. M. (2006). O que é psicologia social. Brasiliense.
- Laurenti, C., & Barros, M. N. F. de. (2000) Identidade: Questões conceituais e contextuais. *Revista de Psicologia Social e Institucional*, 13(2), 67
- Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452,

de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm

Levêi Strauss, C. (1967). *Les structures elementares de la parenté*. Mouton.

Lôbo, P. L. N. (2008). *Direito civil: famílias*. Saraiva.

Melo, F. de. (2013). *Quem me roubou de mim* (Ed. 2). Planeta.

Mendes, L. S. A. (2008). *A escola enquanto contexto de desenvolvimento: um estudo ecológico em uma comunidade ribeirinha na Ilha do Marajó* [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará.
<https://ufpa.br/led/documentos.teseleilaassef.pdf>

Mendez, E. G., & Da Costa, A. C. G. (1994). *Das necessidades aos direitos*. Malheiros.

Minayo, M. C. (1996). *O desafio do conhecimento* (Ed. 4). Hucitec/Abrasco.

Oliveira, S. G, G de. (1994). *Bororo: identidade em construção*. UCDB/CECITEC-MS.

PUCRS, Biblioteca Central Irmão José Otão. (2020). *Sétima edição do estilo apa: referências, citações e informações gerais sobre formatação: material elaborado pela equipe de bibliotecários Biblioteca Central Irmão José Otão*. PUCRS-BCE.

Ramos, P. A. (2012). *Acolhimento institucional de crianças e suas consequências*. In B. M. Paulo (Coord.), *Psicologia na prática jurídica* (Ed. 2), 84-93. Saraiva.

Rizzini, I. [Irene]., & Rizzini, I. [Irma]. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* (Ed. 2). PUC-Rio.

Rossato, L. A., Lépore, P. E., & Cunha, R. S. (2016). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/9 comentado artigo por artigo* (Ed. 8). Saraiva.

Silva, T. (2013). *O que se esconde por trás de uma nuvem de palavras*.

<https://tarciziosilva.com.br/blog/o-que-se-esconde-por-tras-de-uma-nuvem-de-palavras/>

Souza, J. C. (2014). A convivência familiar e comunitária e o acolhimento institucional.

Pillares.

Strey, M. N., Bernardes, M. G., Carlos, S. A., Fonseca, T. M. G., Jacques, M. da G. C., &

Guareschi, P. A. (2013). Psicologia social contemporânea: livro-texto. Vozes.

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. (2013).

www.tjms.jus.br/intranet/noticias/materia.php?cod=23738

www.tjms.jus.br/intranet/noticias/materia.php?cod=23701

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. (2017).

www.tjms.jus.br/intranet/noticias/materia.php?cod=56506

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. (2020).

<https://www5.tjms.jus.br/infanciaejuventude/>

https://www5.tjms.jus.br/projetos/projeto_padrinho.php

https://www5.tjms.jus.br/projetos/projeto_leao.php

[https://www5.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/projetos/PROJETO_DE_AR
TES.pdf](https://www5.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/projetos/PROJETO_DE_AR
TES.pdf)

[https://www5.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/projetos/PROJETO_MINHA
_HISTORIA.pdf](https://www5.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/projetos/PROJETO_MINHA
_HISTORIA.pdf)

Yin, R. K. (2016). Pesquisa qualitativa do início ao fim. Penso.

Apêndice A - Ofício CIJ -TJMS



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Campo Grande – MS, 12 de março de 2020.

À:

Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul – TJMS.

Exma. Sra. Des. Elizabete Anache.

NESTA.

Excelentíssima Senhora Desembargadora,

Ana Paula Torres Lageano, brasileira, solteira, carteira de identidade n. 1.387.528 - SEJUSP/MS, CPF n. 037.157.311.41, residente e domiciliada a Rua Dom Aquino, n. 2485, apto. 402, Campo Grande – MS, e-mail: ana.lageano@gmail.com, celular: (67)99929-6889, mestranda do programa de Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco, vem perante vossa excelência, solicitar a colaboração da Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul – TJMS, para a pesquisa intitulada, A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIDADE, A PARTIR DO PROJETO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA”(título provisório), sob orientação da Dra. Sonia Grubits.

O objetivo da pesquisa, consiste em identificar, através da vivência do voluntário; do(a) diretor(a)/coordenador(a) da unidade de acolhimento; e dos servidores da Coordenadoria da Infância e da Juventude, se o Projeto “Minha História, Minha Vida”, implementado neste estado, desde 2013, mediante parceria dessa Coordenadoria com o Instituto Fazendo História, realmente contribui para o desenvolvimento biopsicossocial do infante participante.

Assim, estando o Projeto sob responsabilidade dessa Coordenadoria, requer a concessão de **autorização/anuência para que a pesquisa possa ser realizada**, e prontamente iniciada.

Requer ainda, **autorização para o uso das imagens dos álbuns**, exclusivamente para fins elucidativos da pesquisa, ressaltando que, as crianças/adolescentes participantes do Projeto “Minha História, Minha Vida” não serão expostos, seus nomes não serão divulgados, tampouco a sua fisionomia. O que se visa, é a utilização das imagens dos seus desenhos e escritos, que

Av. Tamandaré, 6.000 - Cx.P. 100
79117-900 - Campo Grande - MS

Fone: (067) 3312-3605 - Fax: (067) 3312-3727
Endereço Eletrônico: mestradosic@ucdb.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

revelam fatores determinantes para a pesquisa, como por exemplo: seus medos; amores; sentimentos; sonhos; autorretrato; linha da vida, entre outros.

Registra que, compromete-se a seguir rigorosamente o disposto na Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012, que versa sobre ética em pesquisas envolvendo seres humanos.

Colocando-se à disposição para maiores esclarecimentos, subscreve-se atenciosamente.

Ana Paula Torres Lageano.

De acordo: **Dra. SONIA GRUBITS.**

Anexos:

Projeto de pesquisa (piloto).

Apêndice B - Ofício Casa Acolhedora I



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Campo Grande – MS, 12 de março de 2020.

À:
Instituição [REDACTED].
NESTA.

Ilustríssima Senhora Diretora/Coordenadora,

Como mestranda do programa de Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco, dirijo-me à vossa senhoria, a fim de solicitar a colaboração da Instituição [REDACTED], para a minha pesquisa intitulada, A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIDADE, A PARTIR DO PROJETO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA” (título provisório), sob orientação da Dra. Sonia Grubits.

O objetivo da pesquisa, consiste em identificar, através da vivência do voluntário; do(a) diretor(a)/coordenador(a) da unidade de acolhimento; e dos servidores da Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS, se o Projeto “Minha História, Minha Vida”, implementado neste estado desde 2013, mediante a parceria entre o Instituto Fazendo História com a Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS, realmente contribui para o desenvolvimento biopsicossocial do infante participante.

Uma vez que, o Projeto “Minha História, Minha Vida”, foco de estudo, acontece na Instituição [REDACTED], imprescindível que me conceda um **termo de ciência, afirmando estar ciente da presente pesquisa.**

Ressalto que, as crianças/adolescentes participantes do Projeto “Minha História, Minha Vida” não serão expostos, seus nomes não serão divulgados, tampouco a sua fisionomia. Enquanto pesquisadora, me comprometo a seguir o que resta apregoado na Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012, que versa sobre ética em pesquisas envolvendo seres humanos.

O projeto de pesquisa, piloto, está anexado.

Av. Tamandaré, 6.000 - Cx.P. 100
79117-900 - Campo Grande - MS

Fone: (067) 3312-3605 - Fax: (067) 3312-3727
Endereço Eletrônico: mestradsic@ucdb.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Me coloco à disposição, para esclarecer qualquer possível dúvida.

Desde já, agradeço a importante colaboração.

Ana Paula Torres Lageano

Dra. SONIA GRUBITS

CPF: 037.157.311-41

Email: ana.lageano@gmail.com

Cel: (67) 99929-6889

Av. Tamandaré, 6.000 - Cx.P. 100
79117-900 - Campo Grande - MS

Fone: (067) 3312-3605 - Fax: (067) 3312-3727
Endereço Eletrônico: mestradsic@ucdb.br

Apêndice C - Ofício Casa Acolhedora II



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Campo Grande – MS, 12 de março de 2020.

À:

Instituição [REDACTED]

NESTA.

Ilustríssima Senhora Diretora/Coordenadora,

Como mestranda do programa de Psicologia, da Universidade Católica Dom Bosco, dirijo-me à vossa senhoria, a fim de solicitar a colaboração da Instituição [REDACTED], para a minha pesquisa intitulada, A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIDADE, A PARTIR DO PROJETO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA” (título provisório), sob orientação da Dra. Sonia Grubits.

O objetivo da pesquisa, consiste em identificar, através da vivência do voluntário; do(a) diretor(a)/coordenador(a) da unidade de acolhimento; e dos servidores da Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS, se o Projeto “Minha História, Minha Vida”, implementado neste estado desde 2013, mediante a parceria entre o Instituto Fazendo História com a Coordenadoria da Infância e da Juventude – TJMS, realmente contribui para o desenvolvimento biopsicossocial do infante participante.

Uma vez que, o Projeto “Minha História, Minha Vida”, foco de estudo, acontece na Instituição [REDACTED] imprescindível que me conceda um **termo de ciência, afirmando estar ciente da presente pesquisa.**

Ressalto que, as crianças/adolescentes participantes do Projeto “Minha História, Minha Vida” não serão expostos, seus nomes não serão divulgados, tampouco a sua fisionomia. Enquanto pesquisadora, me comprometo a seguir o que resta apregoado na Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012, que versa sobre ética em pesquisas envolvendo seres humanos.

O projeto de pesquisa, piloto, está anexado.



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Me coloco à disposição, para esclarecer qualquer possível dúvida.

Desde já, agradeço a importante colaboração.

Ana Paula Torres Lageano

Dra. SONIA GRUBITS

CPF: 037.157.311-41

Email: ana.lageano@gmail.com

Cel: (67) 99929-6889

Av. Tamandaré, 6.000 - Cx.P. 100
79117-900 - Campo Grande - MS

Fone: (067) 3312-3605 - Fax: (067) 3312-3727
Endereço Eletrônico: mestradsic@ucdb.br

Apêndice D - Roteiro de entrevista para representante da unidade de acolhimento participante do projeto MH,MV

Roteiro de entrevista semiestruturado para o (a) diretor (a) ou coordenador (a) da unidade acolhedora, integrante, do projeto “Minha História, Minha Vida”

- 1) Breve histórico acerca da participação no projeto “Minha História, Minha Vida”. Cargo/função, início das atividades, descrição das atividades que exerce.
- 2) Impressões acerca do projeto “Minha História, Minha Vida”.
- 3) Há quanto tempo a unidade acolhedora integra o projeto “Minha História, Minha Vida”?
- 4) O que se espera de um voluntário (a) do projeto “Minha História, Minha Vida” e qual o perfil de voluntário (a) desejado?
- 5) Em média, quantas crianças/adolescentes já confeccionaram seu álbum, a partir do projeto “Minha história, minha vida”?
- 6) Como é escolhida a criança/adolescente que participa da confecção do álbum, objeto de trabalho do projeto “Minha História, Minha Vida”. Ela deve manifestar interesse previamente?
- 7) Sentimentos e impressões sobre a criança/adolescente que participa do projeto. Nota-se alguma alteração no desenvolvimento do infante que confecciona o seu próprio álbum?
- 8) A criança/adolescente participante do projeto “Minha História, Minha Vida” tem maior facilidade na formação de vínculos?
- 9) Nota-se entusiasmo no infante que participa do projeto “Minha História, Minha Vida” para a chegada do dia em que o voluntário (a) vai até a unidade acolhedora para a confecção do álbum?
- 10) Quando o voluntário (a) falta, nota-se desapontamento da criança/adolescente participante do projeto “Minha História, Minha Vida”?

Apêndice E - Roteiro de entrevista servidor da CIJ-TJMS

Roteiro de entrevista semiestruturado para os servidores da Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul - TJMS

- 1) Breve histórico acerca da participação no projeto “Minha História, Minha Vida”. Cargo/função, início das atividades, descrição das atividades que exerce.
- 2) Impressões acerca do projeto “Minha História, Minha Vida”.
- 3) O que se espera de um voluntário (a) do projeto “Minha História, Minha Vida” e qual o perfil de voluntário (a) desejado?
- 4) Em média, quantos voluntários já foram capacitados para atuarem no projeto “Minha História, Minha Vida”?
- 5) Em média, quantas crianças/adolescentes já confeccionaram o seu álbum, a partir do projeto “Minha História, Minha Vida”?
- 6) Como é escolhida a criança/adolescente que participa da confecção do álbum, objeto de trabalho do projeto “Minha História, Minha Vida”. Ela deve manifestar interesse previamente?
- 7) Sentimentos e impressões sobre a criança/adolescente que participa do projeto. Nota-se alguma colaboração no desenvolvimento do infante que confecciona o seu próprio álbum?
- 8) Como as unidades de acolhimento percebem o projeto “Minha História, Minha Vida”, e quais delas participam efetivamente, no município de Campo Grande – MS?

Apêndice F - Roteiro de entrevista voluntários do projeto MH,MV

Roteiro de entrevista semiestruturado para os voluntários do projeto “Minha História, Minha Vida”

- 1) Breve histórico acerca da participação no projeto “Minha História, Minha Vida”. Início das atividades, como ficou sabendo da existência do projeto, qual critério para escolher a criança/adolescente com quem elaborou o álbum.
- 2) No início da confecção do álbum, como era/estava a criança/adolescente em relação à fala, motricidade, estudos, relações interpessoais, formação de vínculos; e a quanto tempo estava vivendo na unidade acolhedora?
- 3) Como a criança/adolescente se posicionou frente à elaboração das atividades do álbum. E quais as atividades mais fáceis e mais difíceis?
- 4) Como foi o vínculo estabelecido entre você e a criança/adolescente atendido?
- 5) Na finalização do álbum, como você percebia a criança/adolescente atendida no projeto?
- 6) A criança/adolescente com quem você desenvolveu o álbum, se apoderou melhor de sua identidade, a partir da participação no projeto? O que justifica sua resposta?
- 7) Qual a sua percepção em relação ao desenvolvimento da criança/adolescente no decorrer do ano?
- 8) Existe alguma orientação para que os registros continuem acontecendo pela própria criança/adolescente, após o ciclo de 1 (um) ano?
- 9) A participação da criança/adolescente no projeto “Minha História, Minha Vida”, influenciou positivamente no desenvolvimento dela? Em quais aspectos?
- 10) Como o voluntário (a) avalia a experiência em relação ao seu aspecto pessoal/subjetivo e profissional?

Apêndice G - TCLE servidores da CIJ-TJMS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os servidores da Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul – TJMS

Gostaria de contar com a sua colaboração para a realização da presente pesquisa, intitulada PROJETO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA”: UM INSTRUMENTO DE RESGATE E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (passível de mudança), conduzida por Ana Paula Torres Lageano. Este estudo tem por objetivo identificar se há benefícios para a criança/adolescente em situação de acolhimento institucional, que participa do projeto “Minha história, minha vida”. Caso concorde, você participará de uma entrevista sobre o tema da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio, com duração de 1 hora, e em local previamente definido. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora se compromete a tornar público nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada, sem qualquer identificação dos indivíduos ou instituições parceiras. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento, você poderá desistir de participar sem nenhuma penalidade. A participação não é remunerada e nem implica em nenhum gasto para você. Essa pesquisa não envolve risco para os servidores da Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul - TJMS. Não há benefícios diretos, contudo, você contribuirá para aumentar o conhecimento científico acerca da temática. Anuindo a sua participação nesta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Havendo alguma questão a ser sanada, sinta-se à vontade para me procurar e/ou ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Seguem os contatos da pesquisadora responsável, bem como os do Comitê de ética em Pesquisa da UCDB. Pesquisadora responsável: Ana Paula Torres Lageano, aluna do Programa de Mestrado em Psicologia da Saúde da UCDB, celular: (67) 99929-6889, e-mail: ana.lageano@gmail.com. Comitê de Ética em Pesquisa da UCDB, telefone: (67) 3312-3800, e-mail: cep@ucdb.br, endereço: Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário, CEP 79117-900, Campo Grande – MS. Declaro que compreendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Campo Grande, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Apêndice H - TCLE coordenador/diretor casa acolhedora integrante do projeto MH,MV

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o diretor (a) ou coordenador (a) da unidade acolhedora, integrante do projeto “Minha História, Minha Vida”

Gostaria de contar com a sua colaboração para a realização da presente pesquisa, intitulada A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIDADE, A PARTIR DO PROJETO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA”, conduzida por Ana Paula Torres Lageano. Este estudo tem por objetivo identificar se há benefícios para a criança/adolescente em situação de acolhimento institucional, que participa do projeto “Minha História, Minha Vida”. Caso concorde, você participará de uma entrevista sobre o tema da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio, com duração de 1 hora, e em local previamente definido. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora se compromete a tornar público nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada, sem qualquer identificação dos indivíduos ou instituições parceiras. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento, você poderá desistir de participar sem nenhuma penalidade. A participação não é remunerada e nem implica em nenhum gasto para você. Essa pesquisa não envolve risco para o diretor (a) ou coordenador (a) da unidade acolhedora, integrante do projeto “Minha história, minha vida”. Não há benefícios diretos, contudo, você contribuirá para aumentar o conhecimento científico acerca da temática. Anuindo a sua participação nesta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Havendo alguma questão a ser sanada, sinta-se à vontade para me procurar e/ou ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Seguem os contatos da pesquisadora responsável, bem como os do Comitê de ética em Pesquisa da UCDB. Pesquisadora responsável: Ana Paula Torres Lageano, aluna do Programa de Mestrado em Psicologia da Saúde da UCDB, celular: (67) 99929-6889, e-mail: ana.lageano@gmail.com. Comitê de Ética em Pesquisa da UCDB, telefone: (67) 3312-3800, e-mail: cep@ucdb.br, endereço: Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário, CEP 79117-900, Campo Grande – MS. Declaro que compreendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Campo Grande, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Apêndice I - TCLE voluntários do projeto MH,MV

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os voluntários do projeto "Minha história, minha vida"

Gostaria de contar com a sua colaboração para a realização da presente pesquisa, intitulada A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIDADE, A PARTIR DO PROJETO "MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA" (passível de mudança), conduzida por Ana Paula Torres Lageano. Este estudo tem por objetivo identificar se há benefícios para a criança/adolescente em situação de acolhimento institucional, que participa do projeto "Minha história, minha vida". Caso concorde, você participará de uma entrevista sobre o tema da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio, com duração de 1 hora, e em local previamente definido. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora se compromete a tornar público nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada, sem qualquer identificação dos indivíduos ou instituições parceiras. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento, você poderá desistir de participar sem nenhuma penalidade. A participação não é remunerada e nem implica em nenhum gasto para você. Essa pesquisa não envolve risco para os voluntários do projeto "Minha história, minha vida". Não há benefícios diretos, contudo, você contribuirá para aumentar o conhecimento científico acerca da temática. Anuindo a sua participação nesta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Havendo alguma questão a ser sanada, sinta-se à vontade para me procurar e/ou ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Seguem os contatos da pesquisadora responsável, bem como os do Comitê de ética em Pesquisa da UCDB. Pesquisadora responsável: Ana Paula Torres Lageano, aluna do Programa de Mestrado em Psicologia da Saúde da UCDB, celular: (67) 99929-6889, e-mail: ana.lageano@gmail.com. Comitê de Ética em Pesquisa da UCDB, telefone: (67) 3312-3800, e-mail: cep@ucdb.br, endereço: Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário, CEP 79117-900, Campo Grande – MS. Declaro que compreendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Campo Grande, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Apêndice J - Termo de autorização para gravação de voz

Termo de Autorização para Gravação de Voz

Eu, _____ depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIDADE, A PARTIR DO PROJETO “MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão utilizados para coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora Ana Paula Torres Lageano a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros de nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

- 1) Poderei ler a transcrição de minha gravação;
- 2) Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos, capítulo de livro, jornais;
- 3) Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
- 4) Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita, mediante a minha autorização;
- 5) Os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob responsabilidade da pesquisadora Ana Paula Torres Lageano, e após esse período, serão destruídos e,
- 6) Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Eu, abaixo assinado, afirmo que li, compreendi o conteúdo deste termo e autorizo a gravação de minha entrevista. Assino, então, o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Campo Grande, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Anexo A - Carta explicativa aos adotantes sobre o projeto MH,MV



**Instituto
fazendohistória**

Olá!

Primeiramente, parabéns pela nova fase em família com a chegada do(a) _____, que viveu durante um período de sua vida em um de nossos serviços de acolhimento parceiros. Gostaríamos de apresentar este álbum, que resultou da participação do seu (sua) filho (a) no Fazendo Minha História, um dos projetos do Instituto Fazendo História.

Estes registros têm como objetivo ajudar o (a) seu (sua) filho (a) a conhecer um pouco mais a história dele (a), valorizando os momentos e as relações de afeto, carinho, proteção e segurança que ele teve antes da adoção. Tudo isso faz parte de quem ele (a) é e constitui a identidade que continuará se desenvolvendo, sendo enriquecida e fortalecida através das relações familiares que estão sendo construídas com você (s). Além disso, estas páginas também podem oferecer informações valiosas sobre os hábitos, a rotina e o jeitinho do seu filho, facilitando a adaptação entre vocês!

O Fazendo Minha História foi criado para ajudar bebês, crianças e adolescentes a entrarem em contato e elaborarem as próprias histórias. Através da leitura de livros infantis, a criança vai descobrindo maneiras de fazer parte do mundo e entendendo que, em todas as histórias, há momentos mais difíceis, mais alegres, mais tristes e mais desafiantes... Histórias são mesmo feitas de "altos e baixos"! O projeto é realizado com a ajuda de colaboradores que vão semanalmente ao abrigo encontrar-se por uma hora com a criança para ler e registrar suas histórias. No final do trabalho temos este álbum, recheado de desenhos, relatos e fotos que garantem o registro da etapa atual da vida das crianças, resgata a história passada e projeta uma história futura.

A infância é uma fase muito rica e fundamental para o desenvolvimento físico e emocional do ser humano. Neste período, as experiências e relações estabelecidas com pessoas que cuidam e convivem com as crianças deixam marcas significativas que as acompanharão por toda a vida. No entanto, ao crescer, talvez a criança não consiga acessar essas lembranças sozinha; algum adulto precisa lhe contar o que viveu para que entre em contato com sua própria história, que faz parte e ajuda na construção de sua identidade.

Por ser um período que representa uma ruptura com a família de origem e por ser uma medida de proteção quando algum direito da criança foi violado, o acolhimento muitas vezes vira assunto proibido. Pensa-se que é melhor não falar a respeito para que a criança não sofra. No entanto, muitos pesquisadores e especialistas descobriram que, por mais que seja difícil, falar contribui para que doenças e sintomas não se desenvolvam a partir do silêncio e da falta de acesso à verdade: mesmo com bebês! Além disso, o acolhimento é feito de vivências prazerosas e de proteção; estas páginas podem revelar estas vivências e garantir que seu filho (a) tenha certeza que foi muito querido e cuidado antes de fazer parte da sua família.



**Instituto
fazendohistória**

Queremos esclarecer que estes registros tiveram início antes de ficar definido quando e se _____ seria adotado. As páginas que fazem menção à origem biológica foram construídas quando o (a) _____ ainda tinha contato com membros da família biológica ou quando mostrou necessidade de entender porque não poderia mais ficar com eles. A história anterior à adoção, de alguma forma, sempre fará parte da identidade do seu (sua) filho (a) e por isso pretendemos que as lembranças aqui registradas o (a) acompanhem por toda a vida, podendo ser acessadas sempre que seu (sua) filho (a) desejar. Mas cabe a você, pai ou mãe, definir quando e como será a melhor forma de conversar sobre determinados assuntos. Uma boa dica é se orientar pelas dúvidas e perguntas que o (a) _____ irá fazer sobre a sua história, respondendo de forma honesta o que ele tiver necessidade de saber e entender.

Este álbum é do seu (sua) filho (a) e, a partir de agora, passa a ser da família! Inicia-se um novo capítulo da história desta família e do (a) _____; nós, equipe do Fazendo Minha História, desejamos que estas novas páginas sejam repletas de cores e brilhos! E que _____ continue fazendo sua história, agora junto a você (s)!

Qualquer dúvida; estamos à disposição.

Um abraço,

Equipe Fazendo Minha História
PROJETO "MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA"

Anexo B – Depoimento Casa Acolhedora II

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Coordenadoria da Infância e Juventude



[Redacted]

Campo Grande-MS, 11 de Novembro de 2015.

Depoimento:

Está sendo realizado na [Redacted], o projeto minha história, minha vida, ajuda-nos a garantir o direito de cada uma das crianças acolhidas a terem suas histórias preservadas e registradas. Temos obtidos experiências muito satisfatórias com o projeto.

Os encontros estão acontecendo 02 (duas) vezes por semana no período vespertino e matutino. Esta unidade de acolhimento está honrada com esta parceria, sempre foi um sonho da instituição realizar o registro das histórias com as crianças e adolescentes.

Nota-se a alegria das crianças com a realização do projeto, e como e esperado por elas esses momentos.

Agradecemos a parceria, e aproveitamos a oportunidade, para demonstrar nosso desejo que o projeto continue no ano de 2016.

Atenciosamente,

[Redacted]

Presidente

Anexo C - Declaração de anuência CIJ - TJMS



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Coordenadoria da Infância e da Juventude

Declaração nº 163.674.040.0001/2020

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

De ordem da Excelentíssima Desembargadora Elizabete Anache, eu, Célia Ruriko Idie Wolfring, Diretora da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, declaro estar ciente e de acordo com a realização da pesquisa intitulada: A Construção de Vínculos e a Apropriação da identidade, a partir do projeto "Minha História, Minha vida", sob a responsabilidade da pesquisadora Ana Paula Torres Lageano, aluna de Pós-graduação – Mestranda em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, **com exceção do uso das imagens dos infantes/adolescentes.**

Campo Grande, 18 de março de 2020.

Célia Ruriko Idie Wolfring
Diretora da Coordenadoria da Infância e da Juventude
Matrícula 3184
Assina por certificação Digital



Selo Ouro Infância e Juventude 2014-2016
Conselho Nacional de Justiça



Rua 7 de Setembro, 174 – Campo Grande/MS – 79002-130
(67) 3317-8680 – coord.infancia@tjms.jus.br

Anexo D - Termo de ciência Casa Acolhedora I**TERMO DE CIÊNCIA**

DECLARO, pelo presente termo, enquanto representante da Instituição **[REDACTED]**, estar ciente acerca da pesquisa sobre o Projeto "Minha História, Minha Vida", implementado nesta instituição, respaldado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul – TJMS, de responsabilidade da pesquisadora Ana Paula Torres Lageano, CPF n. 037.157.311.41, mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco, sob orientação da Dra. Sonia Grubits.

Campo Grande – MS, 16 de maio de 2020.

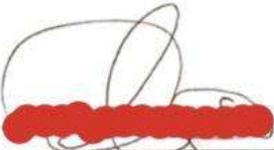
**Centro de Apoio e Orientação
À Criança** **[REDACTED]**

[REDACTED]

Anexo E - Termo de ciência Casa Acolhedora II**TERMO DE CIÊNCIA**

DECLARO, pelo presente termo, enquanto representante da **Instituição** ~~_____~~, estar ciente acerca da pesquisa sobre o Projeto "Minha História, Minha Vida", implementado nesta instituição, respaldado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul – TJMS, de responsabilidade da pesquisadora Ana Paula Torres Lageano, CPF n. 037.157.311.41, mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco, sob orientação da Dra. Sonia Grubits.

Campo Grande – MS, 12 de março de 2020.



97.352.645/0001-25
~~_____~~
~~_____~~ CPF ~~_____~~
CAMPO GRANDE - MS

Anexo F - Anuência Coordenação sobre pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Psicologia



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**ANUÊNCIA DA COORDENAÇÃO SOBRE PESQUISAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA**

1 Preenchimento pelo (a) discente:

1.1 Título da Pesquisa: A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIDADE, A PARTIR DO PROJETO "MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA"

1.2 Nome Pesquisador (a): Ana Paula Torres Lageano

1.3 Nível: Mestrado

1.4 Orientador (a): Sonia Grubits

1.4 Data de início: 01/06/2020

1.5 Data prevista para término: 17/02/21

1.6 Utilizará espaço físico da instituição? Não
Qual?

Assinatura do (a) orientador (a)

Assinatura do (a) discente

O projeto deverá ser encaminhado por e-mail para a coordenação do Programa e este formulário protocolado na secretaria do Programa.

2 Preenchimento pela coordenação do PPG:

2.1 Após ler o projeto de pesquisa, a coordenação considera a pesquisa relevante de acordo com as linhas de pesquisa do programa?
 Sim Não

2.2 As instalações físicas da instituição atendem às necessidades da pesquisa?
 Sim Não Será realizada fora da instituição Não se aplica

2.3 A coordenação do PPG está de acordo com a execução deste projeto
 Sim Não

2.4 Comentários:

O projeto se articula com o campo de Psicologia Jurídica, uma das áreas de atuação do PPG. Há uma óptima adequação por parte de todos os envolvidos, bem como a contribuição com o desenvolvimento regional.

Observação: caso o coordenador (a) do PPG seja o orientador (a), este documento deverá ser preenchido pelo vice coordenador do Programa.

Campo Grande - MS, 19, 3, 2020

Coordenação do PPG

Anexo G - Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa da UCDB

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIDADE, A PARTIR DO PROJETO "MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA"

Pesquisador: ANA PAULA TORRES LAGEANO

Versão: 2

CAAE: 30408720.4.0000.5162

Instituição Proponente: Universidade Católica Dom Bosco

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 028798/2020

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS E A APROPRIAÇÃO DA IDENTIDADE, A PARTIR DO PROJETO "MINHA HISTÓRIA, MINHA VIDA" que tem como pesquisador responsável ANA PAULA TORRES LAGEANO, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Católica Dom Bosco em 31/03/2020 às 14:39.

Endereço: Av. Tamandaré, 6000

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3478

E-mail: cep@ucdb.br

Anexo H - Poema Morte e Vida Severina

— O meu nome é Severino,
 não tenho outro de pia.
 Como há muitos Severinos,
 que é santo de romaria,
 deram então de me chamar
 Severino de Maria;
 como há muitos Severinos
 com mães chamadas Maria,
 fiquei sendo o da Maria
 do finado Zacarias.
 Mas isso ainda diz pouco:
 há muitos na freguesia,
 por causa de um coronel
 que se chamou Zacarias
 e que foi o mais antigo
 senhor desta sesmaria.
 Como então dizer quem fala
 ora a Vossas Senhorias?
 Vejamos: é o Severino
 da Maria do Zacarias,
 lá da serra da Costela,
 limites da Paraíba.
 Mas isso ainda diz pouco:
 se ao menos mais cinco havia
 com nome de Severino
 filhos de tantas Marias
 mulheres de outros tantos,
 já finados, Zacarias,

vivendo na mesma serra
 magra e ossuda em que eu vivia.
 Somos muitos Severinos
 iguais em tudo na vida:
 na mesma cabeça grande
 que a custo é que se equilibra,
 no mesmo ventre crescido
 sobre as mesmas pernas finas,
 e iguais também porque o sangue
 que usamos tem pouca tinta.
 E se somos Severinos
 iguais em tudo na vida,
 morremos de morte igual,
 mesma morte severina:
 que é a morte de que se morre
 de velhice antes dos trinta,
 de emboscada antes dos vinte,
 de fome um pouco por dia
 (de fraqueza e de doença
 é que a morte severina
 ataca em qualquer idade,
 e até gente não nascida).
 Somos muitos Severinos
 iguais em tudo e na sina:
 a de abrandar estas pedras
 suando-se muito em cima,
 a de tentar despertar
 terra sempre mais extinta,

a de querer arrancar
 algum roçado da cinza.
 Mas, para que me conheçam
 melhor Vossas Senhorias
 e melhor possam seguir
 a história de minha vida,
 passo a ser o Severino
 que em vossa presença emigra.

*

ENCONTRA DOIS HOMENS
 CARREGANDO UM DEFUNTO NUMA
 REDE, AOS GRITOS DE: "Ó IRMÃOS DAS
 ALMAS! IRMÃOS DAS ALMAS! NÃO FUI
 EU QUE MATEI NÃO!"

— A quem estais carregando,
 irmãos das almas,
 embrulhado nessa rede?
 dizei que eu saiba.
 — A um defunto de nada,
 irmão das almas,
 que há muitas horas viaja
 à sua morada.
 — E sabeis quem era ele,
 irmãos das almas,
 sabeis como se chama
 ou se chamava?
 — Severino Lavrador,
 irmão das almas,
 Severino Lavrador,
 mas já não lavra.

— E de onde que o estais trazendo,
 irmãos das almas,
 onde foi que começou
 vossa jornada?
 — Onde a Caatinga é mais seca,
 irmão das almas,
 onde uma terra que não dá
 nem planta brava.
 — E foi morrida essa morte,
 irmãos das almas,
 essa foi morte morrida
 ou foi matada?
 — Até que não foi morrida,
 irmão das almas,
 esta foi morte matada,
 numa emboscada.
 — E o que guardava a emboscada,
 irmão das almas,
 e com que foi que o mataram,
 com faca ou bala?
 — Este foi morto de bala,
 irmão das almas,
 mais garantido é de bala,
 mais longe vara.
 — E quem foi que o emboscou,
 irmãos das almas,
 quem contra ele soltou
 essa ave-bala?

— Ali é difícil dizer,
irmão das almas,
sempre há uma bala voando
desocupada.

— E o que havia ele feito,
irmãos das almas,
e o que havia ele feito
contra a tal pássara?

— Ter uns hectares de terra,
irmão das almas,
de pedra e areia lavada
que cultivava.

— Mas que roças que ele tinha,
irmãos das almas,
que podia ele plantar
na pedra avara?

— Nos magros lábios de areia,
irmão das almas,
dos intervalos das pedras,
plantava palha.

— E era grande sua lavoura,
irmãos das almas,
lavoura de muitas covas,
tão cobiçada?

— Tinha somente dez quadras,
irmão das almas,
todas nos ombros da serra,
nenhuma várzea.

— Mas então por que o mataram,
irmãos das almas,
mas então por que o mataram
com espingarda?

— Queria mais espalhar-se
irmão das almas,
queria voar mais livre
essa ave-bala.

— E agora o que passará,
irmãos das almas,
o que é que acontecerá
contra a espingarda?

— Mais campo tem para soltar,
irmão das almas,
tem mais onde fazer voar
as filhas-bala.

— E onde o levais a enterrar,
irmãos das almas,
com a semente de chumbo
que tem guardada?

— Ao cemitério de Torres,
irmão das almas,
que hoje se diz Toritama,
de madrugada.

— E poderei ajudar,
irmãos das almas,
vou passar por Toritama,
é minha estrada.

— Bem que poderá ajudar,
irmão das almas,
é irmão das almas quem ouve
nossa chamada.

— E um de nós pode voltar,
irmãos das almas,
pode voltar daqui mesmo
para sua casa.

— Vou eu, que a viagem é longa,
irmãos das almas,
é muito longa a viagem
e a serra é alta.

— Mais sorte tem o defunto,
irmãos das almas,
pois já não fará na volta
a caminhada.

— Toritama não cai longe,
irmão das almas,
seremos no campo santo
de madrugada.

— Partamos enquanto é noite,
irmão das almas,
que é melhor lençol dos mortos
noite fechada.

[MELO Neto](#), João Cabral de. *Morte e Vida Severina e Outros Poemas em Voz Alta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.